THAÍS TEMER

REFÚGIO E ENSINO SUPERIOR

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2019

THAÍS TEMER

REFÚGIO E ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob orientação da Profa. Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Temer, Thaís

Refúgio e ensino superior / Thaís Temer. -- São Paulo, 2019.
290 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito,
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
Orientador: Nina Beatriz Stocco Ranieri.

1. Refúgio. 2. Ensino superior. 3. Integração. 4. Cátedra Sérgio Vieira
de Mello. 5. Programa Pró Haiti. 6. Programa DAFI. 7. Ações afirmativas
I. Ranieri, Nina Beatriz Stocco, orient. II. Título.

Nome: TEMER, Thaís

Título: Refúgio e Ensino Superior

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri – Universidade de São
Paulo (Orientadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

São Paulo, ____ de _____ de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Professora Doutora Nina Beatriz Stocco Ranieri, pela orientação próxima, por todos os ensinamentos ao longo dos anos de mestrado, pelas oportunidades que me foram concedidas e por acreditar na minha pesquisa e me incentivar a desenvolvê-la.

À Professora Liliana Lyra Jubilut, pelas relevantes sugestões dadas em meu exame de qualificação e por toda ajuda ao longo da realização da pesquisa, sempre compartilhando notícias sobre o tema e fazendo ótimas indicações bibliográficas. Ao Professor Guilherme Assis de Almeida, também pelas pertinentes considerações em meu exame de qualificação, que alteraram o rumo da minha pesquisa empírica, bem como por ter possibilitado que eu tivesse uma visão crítica a respeito do meu próprio trabalho, possibilitando que o aprimorasse.

Aos Professores Luís Renato Vedovato e Sílvio Beltramelli, por terem me introduzido no estudo dos direitos humanos e por terem me ensinado muito sobre o tema, desde a graduação.

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), pelo acolhimento e por proporcionar um estudo de qualidade, que só foi possível por conta dos professores envolvidos, dos funcionários atenciosos e do acervo da biblioteca.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ao Professor Luis Guilherme Maziero, à Professora Elisângela Rodrigues de Ávila e aos demais colegas de trabalho na Assistência Judiciária Gratuita da PUC-Campinas, por terem possibilitado que eu realizasse o sonho de fazer mestrado na Universidade de São Paulo.

Aos colegas de trabalho e de luta da Clínica de Direitos Humanos da PUC-Campinas, pela rica troca de conhecimentos, de experiências, de apoio e por me fazerem acreditar ainda mais que a luta pelos direitos humanos vale a pena.

Agradeço às e aos colegas da USP, pela agradável companhia, pelo apoio, pelos incentivos. As minhas amigas de vida, por sempre estarem presentes e por me proporcionarem as melhores risadas.

À minha família, por tudo. Aos meus avós, por serem exemplo. À minha mãe, pelo suporte imprescindível e incondicional, pela paciência nos momentos difíceis, por nunca medir esforços para garantir que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade, por ser a minha maior fonte de admiração. À minha irmã e meu cunhado, por serem meu porto seguro, meus melhores amigos, minhas referências.

Ao meu pai, *in memoriam*. O agradecimento mais difícil e mais necessário. Por ter me ensinado a importância de correr atrás dos meus sonhos. Por ter sido exemplo de alegria diária, de luta e perseverança. Por ter feito eu entender que cada momento importa, que cada dia deve ser especial, que cada conquista deve ser comemorada. Por ter me ensinado que não existe nada mais importante do que a minha família. Por ter demonstrado diariamente o seu amor incondicional.

Agradeço, por fim, ao Daniel, meu querido companheiro. Pelo constante incentivo, por estar sempre ao meu lado, por todo o carinho, pela construção diária, pela paciência, por todo o amor.

*“Encheram a terra de fronteiras,
carregaram o céu de bandeiras. Mas só há duas nações
– a dos vivos e a dos mortos”.*

*(Mia Couto, no livro “Um Rio Chamado
Tempo, Uma Casa Chamada Terra”)*

*“Se tivéssemos que escolher entre comida e
educação, escolheríamos educação. Ignorância foi o
que destruiu o nosso país”.*

*(Refugiado do campo de Dadaab, no
Quênia)*

TEMER, Thais. *Refúgio e ensino superior*. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

O presente trabalho parte da ideia de que a difusão do Direito Internacional dos Refugiados constitui aspecto de suma importância para os objetivos de proteção, implementação e efetivação dos direitos dos refugiados e que a inclusão desta pauta no âmbito do ensino superior, bem como a possibilidade de acesso dos refugiados a este nível educacional, são dois fatores que podem contribuir, significativamente, para a consecução desses objetivos. Verifica-se, contudo, que embora seja possível constatar a existência de um direito de acesso ao ensino superior em condições de igualdade em relação aos brasileiros, este direito acaba sendo obstaculizado na prática, fazendo com que a igualdade se restrinja ao âmbito meramente formal. A partir desta constatação, analisa-se a necessidade de implementar mecanismos específicos que possibilitem a existência de um patamar de igualdade substancial entre refugiados e nacionais no que se refere ao acesso ao ensino superior. Para tanto, é realizada uma pesquisa empírica que traça um panorama das ações e políticas públicas existentes (ou inexistentes) à nível nacional, no âmbito do Governo Federal, dos Governos do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Paraná, das Universidades desses três Estados e da UNESCO. Por fim, são analisadas outras ações e políticas implementadas voltadas à promoção do acesso ao ensino superior por refugiados e grupos em situação de vulnerabilidade - Cátedra Sérgio Vieira de Mello do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (CSVM do ACNUR), Programa Pró-Haiti, Programa DAFI (Albert Einstein German Academic Refugee Initiative) e políticas de ações afirmativas- , com o intuito de fornecer substrato para reflexão e elaboração de novas ações ou aprimoramento das já existentes, visando aumentar o acesso de refugiados ao ensino superior.

Palavras-chave: Refúgio. Ensino superior. Integração. Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Programa Pró Haiti. Programa DAFI. Ações afirmativas.

TEMER, Thais. *Refúgio e ensino superior*. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

The present dissertation is based on the idea that the diffusion of International Refugee Law is an aspect of importance for the objectives of protection, implementation and enforcement of refugee rights and that the inclusion of this agenda in higher education institutions, as well as the possibility of refugee access to this educational level, are two factors that can significantly contribute to the achievement of these objectives. However, although it is possible to verify the existence of a right to access higher education on an equal basis with brazilians, this right faces obstacles in practice, making equality limited to a formal scope. Based on this observation, it is analyzed the need to implement specific mechanisms that allow the existence of a substantial level of equality between refugees and nationals regarding the access to higher education. For this, an empirical research is carried to outline an overview of existing (or non-existent) actions and public policies at the national level, in the scope of the Federal Government, the Governments of the State of São Paulo, Rio de Janeiro and Paraná, the Universities of these three States and UNESCO. Finally, other actions and policies implemented to promote access to higher education by refugees and vulnerable groups are analyzed - SergioVieira de Mello Chair of UNHCR, Pro-Haiti Programme, DAFI Programme (Albert Einstein German Academic Refugee Initiative) and affirmative action policies-, with the purpose of providing substrate for reflection and elaboration of new actions or improvement of existing ones, in order to increase the access of refugees to higher education.

Keywords: Refuge. Higher education. Integration. Sérgio Vieira de Mello Chair of UNHCR. Pro Haiti Programme. DAFI Programme. Affirmative actions.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- “Universidades com Mecanismos de Ingresso Diferenciado/Processo Seletivo Específico	183
Gráfico 2- “Universidades com Mecanismos de Ingresso Diferenciado para Refugiados por Estado Pesquisado”	183
Gráfico 3 - “Universidades com Mecanismos de Ingresso Diferenciado para Refugiados por “Tipo” de Universidade”	184
Gráfico - 4 Universidades com Ações voltadas à Inserção da Temática do Refúgio no Ensino Superior ou à Integração dos Refugiados na Sociedade”	187
Gráfico – 5 - “IES Conveniadas à CSVN que possuem Mecanismos Diferenciados de Ingresso para Refugiados”	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Semelhanças e Diferenças entre Asilo e Refúgio – Elaborado por Liliana Jubilut.....	46
Quadro – 2 “Quadro Resumo das Universidades do Estado de São Paulo: Ações e Políticas Direcionadas ao Ingresso dos Refugiados no Ensino Superior e Realização de Outras Ações, de forma Institucionalizada ou com Frequência Razoável, voltadas à Integração do Refugiado na Sociedade e/ou Inserção da Temática do Refúgio no Ensino Superior”	157
Quadro - 3 “Quadro Resumo das Universidades do Estado do Rio de Janeiro: Ações e Políticas Direcionadas ao Ingresso dos Refugiados no Ensino Superior e Realização de Outras Ações, de forma Institucionalizada ou com Frequência Razoável, voltadas à Integração do Refugiado na Sociedade e/ou Inserção da Temática do Refúgio no Ensino Superior”	163
Quadro – 4 “Quadro Resumo das Universidades do Estado do Paraná: Ações e Políticas Direcionadas ao Ingresso dos Refugiados no Ensino Superior e Realização de Outras Ações, de forma Institucionalizada ou com Frequência Razoável, voltadas à Integração do Refugiado na Sociedade e/ou Inserção da Temática do Refúgio no Ensino Superior”	174
Quadro 5- “Exemplos de Ações que Podem ser Desenvolvidas pelas IES conveniadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello”	192
Quadro 6 - “Ações Desenvolvidas pelas IES Conveniadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello” ..	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 REFÚGIO NO BRASIL E NO MUNDO.....	21
1.1 BREVE HISTÓRICO: DOS PRIMEIROS GRANDES FLUXOS DE REFUGIADOS ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	21
1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE REFÚGIO: OS DESAFIOS E LIMITES DA DEFINIÇÃO DE FLUXOS DINÂMICOS E HETEROGÊNEOS	35
1.2.1 Distinções conceituais entre asilo e refúgio.....	45
1.3 A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA PARA ALÉM DA DISCRICIONARIEDADE ESTATAL.....	51
2 DIREITO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR POR PARTE DOS REFUGIADOS E INSERÇÃO DA TEMÁTICA DO REFÚGIO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	71
2.1 A NECESSÁRIA GARANTIA, PROTEÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	71
2.2 DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: NORMATIVA NACIONAL E INTERNACIONAL	92
2.3 A IMPORTÂNCIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A INTEGRAÇÃO DO REFUGIADO NA SOCIEDADE, CONQUISTA DE DIREITOS ESSENCIAIS E DE MUDANÇAS POSITIVAS DURADOURAS	118
3 A PROMOÇÃO DA IGUALDADE SUBSTANCIAL NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DO REFÚGIO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS: AÇÕES E POLÍTICAS	139
3.1 (Ina)Ações do Ministério da Educação (MEC).....	141
3.2 Ações da UNESCO.....	142
3.3 AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	144
3.3.1 Universidades do Estado de São Paulo	144
3.3.1.2 Quadro Resumo – Universidades do Estado de São Paulo	158
3.3.2 Universidades do Estado do Rio de Janeiro	160
3.3.2.1 Quadro Resumo – Universidades do Rio de Janeiro.....	165
3.3.3 Universidades do Estado do Paraná.....	167
3.3.3.1 Quadro Resumo – Universidades do Paraná.....	176

3.4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS	177
3.4.1 Governo do Estado do Rio de Janeiro	178
3.4.2 Governo do Estado do Paraná	179
3.4.3 Governo do Estado de São Paulo.....	180
3.5 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS COM A PESQUISA EMPÍRICA	180
4 ALGUMAS POSSIBILIDADES E PROPOSTAS PARA REFLEXÃO	193
4.1 O ACNUR E A CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	194
4.2 O PROGRAMA PRÓ-HAITI.....	205
4.3 AÇÕES AFIRMATIVAS	210
4.4 PROGRAMA “DAFI” (THE <i>ALBERT EINSTEIN GERMAN ACADEMIC REFUGEE INICIATIVE FUND</i>)	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICE A - Respostas Obtidas Em Relação As Consultas Efetuadas Na Pesquisa Empírica.....	234

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da ideia de que a difusão do Direito Internacional dos Refugiados constitui aspecto de suma importância para os objetivos de proteção, implementação e efetivação dos direitos dos refugiados e que a inclusão desta pauta no âmbito do ensino superior, bem como a possibilidade de acesso dos refugiados a este nível educacional, são dois fatores que podem contribuir, significativamente, para a consecução desses objetivos.

No âmbito do direito à educação e dos direitos na educação, muita importância costuma ser dada às questões envolvendo a educação básica obrigatória, seja no campo acadêmico, seja em relação à formulação de políticas públicas. Contudo, essa mesma atenção não costuma ser conferida às questões envolvendo ensino superior. Em relação ao Direito Internacional dos Refugiados, embora já exista significativa literatura estrangeira sobre o tema e esteja crescendo a produção nacional, foi possível identificar um número muito reduzido de artigos científicos e acadêmicos que abordem especificamente questões relacionadas ao acesso ao ensino superior da população refugiada na literatura internacional¹ e, na produção acadêmica nacional, não foi possível localizar trabalhos que abordem a temática de forma ampla, sendo encontrados apenas artigos sobre a Cátedra Sérgio Vieira de Mello² ou que tangenciam o assunto em algum momento³. Assim, o

¹ À título de exemplo podemos citar: (i) DRYDEN-PETERSON, Sarah. The Politics of Higher Education for Refugees in a Global Movement for Primary Education. *Refuge – Canada's Journal on Refugees*, v. 27, n. 2, p. 10-18, 2010. ; (ii) MORLANG, Claas; WATSON, Sheri. *Tertiary Refugee Education Impact and Achievements: 15 years of DAFI*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/47b4083d2.html>. Acesso em: 10 jun. 2018. ; (iii) SAID, SALAM; AVERY, Helen. Higher Education For Refugees: The Case of Syria. *Policy & Practice: A Development Education Review*, p. 104-125, 2017. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1174341/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018. p. 104-125.

² A Cátedra Sérgio Vieira de Mello, criada no âmbito do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), visa difundir o direito internacional dos refugiados, tendo sido inicialmente arquitetado para atuar na formação acadêmica e capacitação de professores e estudantes nestes temas. Posteriormente, o projeto foi reformulado com o objetivo de incorporar: (i) a prestação de serviços comunitários diretamente aos refugiados; (ii) a inclusão destes na vida universitária, conforme será melhor abordado em tópico próprio deste trabalho.

³ À título de exemplo podemos citar os seguintes artigos: (i) ALPHONSE, Fritznel; MACEDO, José Rivair. O Programa Pró-Haiti nas Universidades Públicas Brasileiras (2011-2016). *Temáticas*, Campinas, v. 25, n. 49/50, p. 233-270, fev./dez. 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/viewFile/3240/240>. Acesso em: 10 ago. 2018. ; (ii) MOREIRA, Bertino Julia. O papel das cátedras Sérgio Vieira de Mello no processo de integração local dos refugiados no Brasil. monções: *Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2015; (iii) RODRIGUES, Gilberto M. A. Acnur e universidades: a Cátedra Sérgio Vieira de Mello

presente trabalho busca suprir esta lacuna acadêmica, bem como oferecer subsídios para pensar sobre a eventual formulação de políticas públicas ou implementação de ações relacionadas a temática.

Considerando que a condição de refugiado costuma se estender por tempo considerável, posto que o retorno ao país de origem pode mostrar-se impossível ao longo de muitos anos, pensar em políticas de integração desta população na sociedade receptora tornou-se medida crucial. A título de exemplo, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conflitos que deram ensejo a grandes fluxos de refugiados entre os anos de 1999 a 2007 duraram, em média, doze anos em países de baixa renda e vinte e dois anos nos de renda média.⁴ Soma-se a este lapso temporal, o necessário período de reconstrução do país, que pode demorar décadas até conseguir assegurar condições dignas de vida novamente para seus nacionais. Esse cenário faz com que os refugiados acabem passando boa parte de suas vidas no país de destino – ou o resto de suas vidas-, onde precisam reconstruir sua trajetória e ter acesso a direitos essenciais, como saúde, moradia e educação.

Os dados sobre refúgio são alarmantes. Segundo o Relatório Global de 2017, produzido pelo ACNUR, até o final de tal ano havia, aproximadamente, 71,4 milhões de pessoas sob o mandato de tal órgão, dentre asilados, refugiados, retornados, deslocados internos e apátridas. Na análise estatística por regiões, o Relatório indica que a população sob mandato no ACNUR nas Américas é de 9,9 milhões de pessoas, sendo 644 mil refugiados, 6.500 apátridas, 879.000 solicitantes de asilo e 7,9 milhões de deslocados internos. O Relatório indica, ainda, que foi um período de grande preocupação para a região, especialmente em razão das situações verificadas na Venezuela, Colômbia e na região norte da América Central.⁵

Especificamente no Brasil, de acordo com o relatório Refúgio em Números, publicado pela Secretaria Nacional de Justiça, até o final de 2017 havia 10.145 (dez mil cento e quarenta e cinco) refugiados reconhecidos e 86.007 (oitenta e seis mil e sete)

(CSV) no Brasil. In: Refúgio, Migrações e Cidadania. Instituto Migrações e Direitos Humanos: *Cadernos de Debates*, Brasília, dez. p.13-30, 2014.

⁴ THE UN REFUGEE AGENCY. ACNUR, *Global Report 2017*. Disponível em: http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2017/pdf/GR2017_English_Full_lowres.pdf. Acesso em: jun. 2018.

⁵ *Ibid.*

solicitações em trâmite, sendo que a nacionalidade com maior número de refugiados reconhecido é a Síria (39%).⁶

No ano de 2017, foram realizadas 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis) novas solicitações de refúgio, sendo que deste total, a maior parte das solicitações foi realizada por Venezuelanos – 17.865 (dezessete mil oitocentos e sessenta e cinco) solicitantes -, seguida dos cubanos – 2.373 (dois mil trezentos e setenta e três) solicitantes. Em relação ao perfil de refugiados reconhecidos em 2017, por faixa etária, temos 14% referente a crianças de 0 a 12 anos, 6% de 13 a 17 anos, 33% de 18 a 29 anos, 44% de 30 a 59 anos e 3% de maiores de 60 anos.

De todo este contingente de refugiados no Brasil e no mundo, 61% (sessenta e um por cento) consegue ter acesso ao ensino primário, 23% (vinte e três por cento) ao secundário e apenas 1% (um por cento) consegue acessar o ensino superior.⁷ Vê-se, assim, que os dados sobre acesso à educação dos refugiados são preocupantes, especialmente em relação ao ensino superior, vez que apenas 1% (um por cento) da população consegue ter acesso, o que se mostra ainda mais grave ao considerarmos que boa parte dos refugiados e solicitantes de refúgio (cerca de 33%, no Brasil) encontram-se dentro da faixa etária entre 18 e 29 anos, período em que costuma ocorrer o ingresso e/ou estudo no ensino superior.

Diante deste cenário, o presente trabalho busca demonstrar a importância que o direito à educação superior possui para a proteção e efetivação dos direitos dos refugiados, seja através da inclusão desta população no ensino universitário, seja pela inserção da temática no âmbito das Universidades, através do oferecimento de disciplinas sobre o tema, realização de pesquisas de qualidade, capacitação de professores e profissionais para atuar na área, realização de debates, seminários e *workshops* e oferta de serviços como atendimento jurídico, psicológico, jurídico e de saúde à população refugiada, por meio de projetos de extensão ou núcleos de prática jurídica.

Para tanto, iniciamos abordando, no primeiro capítulo, alguns aspectos históricos, conceituais e normativos mais amplos a respeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Refugiados que consideramos relevantes

⁶ BRASIL. Ministério da Justiça. Refúgio em números. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view. Acesso em: jun. 2018.

⁷ THE UM REFUGEE AGENCY. ACNUR. Left Behind: Refugee Education in Crisis. Disponível em: <https://www.unhcr.org/59b696f44.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2018.

para contextualizar a pesquisa e identificar a moldura de proteção e garantias existentes em relação à população refugiada. Traçamos, assim, um panorama histórico dos fluxos de refugiados e dos mecanismos normativos implementados para lidar com as situações evidenciadas, bem como analisamos a evolução da definição de refugiado, desde o início até o que temos atualmente e o surgimento e evolução das ideias de proteção da pessoa humana no cenário internacional.

A partir do segundo capítulo, argumentamos que os refugiados, assim como qualquer ser humano, devem ter o acesso a direitos essenciais garantindo, dentre eles, os direitos sociais e, mais especificamente, o direito à educação superior, objeto principal de estudo do presente trabalho. No primeiro tópico, buscamos demonstrar que deve ser dada igual importância à implementação dos direitos sociais, culturais e econômicos, civis e políticos, analisando os argumentos e obstáculos que normalmente são utilizados para justificar a não efetivação dos direitos sociais na mesma medida que os direitos civis e políticos, bem como refletindo sobre a correta interpretação que deve ser dada ao termo “progressivamente”, utilizado nos tratados internacionais de direitos humanos ao tratar da implementação de direitos sociais.

Demonstramos, em seguida, o caráter fundamental dos direitos sociais e, conseqüentemente, do direito social à educação superior, e a aplicabilidade imediata de tais direitos. Passamos, então, a analisar todos os instrumentos normativos e de soft-law que permitem concluir que os refugiados possuem, em igualdade de condições com os brasileiros, um direito subjetivo à educação superior. Por fim, no último tópico deste capítulo, demonstramos a importância do acesso à este direito, bem como a inserção desta temática dentro das instituições de ensino superior, para a integração dos refugiados na sociedade, bem como para a garantia da dignidade humana, para a autossuficiência, autonomia e autodeterminação democrática, para o emponderamento, reconstrução da vida pessoal, desenvolvimento pessoal e profissional, promoção da paz e reconciliação, promoção de estabilidade e condições de desenvolvimento pessoal e para os países de destino e de origem, cultivo cívico de liderança, combate à radicalismos, desenvolvimento de resiliência econômica, política, social, cognitiva e psicológica, qualificação para o

mercado de trabalho, promoção de autonomia financeira, combate à discriminação e xenofobia⁸, dentre outros tantos possíveis benefícios.

Não obstante a existência de instrumentos normativos que demonstram que os refugiados têm direito de acessar à educação superior em igualdade de condições em relação aos brasileiros, no plano fático podemos evidenciar inúmeros obstáculos que demonstram a existência de uma igualdade meramente formal, porém não substancial. Dentre tais obstáculos, podemos mencionar: (i) falta de conhecimento da língua portuguesa; (ii) a ausência de condições financeiras; (iii) a falta dos documentos tradicionalmente exigidos, em razão do contexto de fuga em que foram obrigados a sair do país; (iv) a falta de reconhecimento de diplomas e certificados de conclusão; (v) o desconhecimento de matérias específicas tradicionalmente exigidas nos vestibulares, como geografia, história do Brasil, literatura brasileira; (vi) o formato da prova brasileira, que pode ser completamente diferente do costumeiramente utilizado no país de origem; (vii) a falta de moradia e outras condições de vida digna (como alimentação e acesso a livros e outros materiais de estudos) que possibilitem que os refugiados possam estudar e se preparar para as provas de ingresso nas Universidades; (viii) a falta de suporte familiar, no aspecto financeiro, vez que normalmente toda a família enfrenta dificuldades para adentrar o mercado de trabalho e, mais ainda, para acessar posições qualificadas e bem remuneradas; (ix) a falta de suporte familiar sob o aspecto psicológico, vez que as situações que levam ao pedido de refúgio costumam ser bastante traumáticas, passando as famílias a priorizarem a simples possibilidade de sobrevivência, muitas vezes sem conseguirem refletir sobre a importância de certos aspectos para a consecução de melhores condições de vida e para auxiliar no processo de superação dos traumas, como o acesso à educação; (x) a ausência de suporte, em sentido amplo, posto que muitas vezes os refugiados que conseguem chegar ao país de destino sequer estão acompanhados da família, pelas mais diversas razões e; (xi) o simples desconhecimento sobre a possibilidade de acesso ao ensino superior.

⁸ Sobre este aspecto, Vedovato observa que o aumento dos fluxos de refugiados e imigrantes, agravado pelo contexto de crises econômica e financeira mundial, é um fator que tem suscitado ampliação das restrições em matéria de migrações, bem como o fechamento de fronteiras, e instigado ideias de que os refugiados e imigrantes teriam parte na culpa pelos efeitos da crise, o que têm alimentado atitudes discriminatórias e xenofóbicas. Ver em: VEDOVATO, Luis Renato. *O direito de Ingresso do estrangeiro*. São Paulo: Editora Atlas, 2013. v. 1.

Assim, para que seja realmente possível concretizar o direito ao ensino superior dos refugiados, torna-se necessária a adoção de medidas que busquem proporcionar oportunidades reais de ingresso. Sob esta perspectiva, no terceiro capítulo realizamos uma pesquisa empírica visando identificar ações e políticas implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), pela UNESCO, pelas Universidades brasileiras dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e pelos Governos desses três Estados, que buscam concretizar o direito de ingresso no ensino superior dos refugiados ou inserir a temática do refúgio no ensino universitário.

Para a realização da pesquisa empírica com qualidade foi necessário proceder a um recorte metodológico. Realizamos a consulta ao MEC por ser o órgão responsável por toda a política nacional voltada à educação e à UNESCO, por ser a maior organização, a nível internacional, voltada especificamente a promoção da educação. Em seguida, selecionamos todas as Universidades Públicas Federais e Estaduais dos três Estados brasileiros que, segundo os últimos dados do Ministério da Justiça, possuem o maior número de refugiados reconhecidos residentes (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná)⁹, bem como as cinco Universidades privadas, desses três Estados, que obtiveram maior nota no Índice Geral de Cursos (IGC), de acordo com último relatório divulgado pelo MEC¹⁰. Por fim, pesquisamos as ações e políticas promovidas pelos Governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná pelo mesmo motivo que aquele da escolha das Universidades: segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério da Justiça, são os Estados com o maior número de refugiados residentes, o que leva a pensar que os governos deveriam possuir políticas voltadas a esta população.

No último tópico deste capítulo, analisamos todos os dados coletados, apresentando um panorama geral de todas as ações e políticas identificadas, com a apresentação dos aspectos positivos e limitações e, ao final, realizamos algumas propostas para reflexão.

⁹ De acordo com os últimos dados divulgados pelo CONARE, já apresentados no primeiro capítulo, o Brasil possui 10.145 (dez mil cento e quarenta e cinco) refugiados reconhecidos e 86.007 (oitenta e seis mil e sete) solicitações de reconhecimento em trâmite (dados de 2017).⁹ Do total de refugiados reconhecidos no Brasil, 52% (cinquenta e dois por cento) fixaram residência no Estado de São Paulo, 17 % (dezessete por cento) no Estado do Rio de Janeiro, 8% (oito por cento) no Estado do Paraná, 6% (seis por cento) no Rio Grande do Sul, 5% (cinco por cento) no Distrito Federal, 3% (três por cento) em Santa Catarina, 3% (três por cento) em Minas Gerais e 6% (seis por cento) em outros Estados.

¹⁰ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA. *Índice Geral de Cursos (IGC)*. Disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->. Acesso em: 10 de nov. 2018.

Por fim, no último capítulo, analisamos algumas ações voltadas à promoção do acesso ao ensino superior por parte de refugiados ou pessoas em situação de vulnerabilidade e, no caso do Programa Pró Haiti, por haitianos, com o intuito de apresentar aspectos positivos de tais ações, bem como algumas críticas e limitações, para que tais reflexões possam servir de substrato para a elaboração de futuras políticas públicas ou projetos relacionados à temática ou, ao menos, para futuras reflexões acadêmicas. Para tanto, escolhemos quatro ações: o trabalho desenvolvido pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello, o Programa Pró Haiti, as políticas de ações afirmativas e o projeto *Albert Einstein Academic Refugee Programme* (DAFI).

Tais escolhas foram pautadas por motivos específicos. A análise da Cátedra Sérgio Vieira de Mello se justifica por se tratar de projeto criado no âmbito do ACNUR, o que denota que a importância do acesso ao ensino superior é reconhecida e é objeto de ações específicas pela entidade que, no mundo, possui a atuação mais ativa em relação a proteção dos refugiados. Justifica-se, ainda, por ser a única ação organizada institucionalizada que engloba diferentes atores no território brasileiro voltada especificamente a promoção do acesso dos refugiados ao ensino superior, bem como a inserção da temática no âmbito das Universidades.¹¹

O Programa Pró Haiti também foi selecionado por duas razões: (i) por ser um programa implementado pelo Governo Federal (através do MEC), em parceria com a CAPES, visando à promoção de ensino superior para estrangeiros em situação de vulnerabilidade (haitianos no contexto pós terremoto); (ii) por merecer uma reflexão crítica da rápida implementação de um programa específico voltado à população haitiana em contraposição a absoluta inexistência de qualquer programa com objetivo similar relacionado a população refugiada, que adentra o território brasileiro há décadas em fluxos ainda maiores.

A análise das ações afirmativas baseia-se no fato de constituírem políticas públicas destinadas a pessoas sujeitas a alguma situação de vulnerabilidade e/ou histórico de discriminação e violação de direitos que, em razão dos seus fundamentos, poderiam ser

¹¹ Conforme analisado no capítulo 3, existem ações específicas promovidas por Universidades brasileiras não filiadas à Cátedra, as quais também se revestem de suma importância (tanto que esse aspecto foi alvo de análise específica). Assim, ao falarmos em “única ação institucionalizada que engloba diferentes atores”, estamos nos referindo a projeto que ultrapassa o âmbito de determinada Universidade, assumindo um caráter nacional.

também pensadas e formuladas com o intuito de promover a garantia do direito à educação a população refugiada.

Por fim, o programa DAFI também foi escolhido por ter sido o maior projeto identificado, a nível internacional, com o objetivo de promover o acesso de refugiados ao ensino superior, bem como por consistir em uma forma de promover este direito através da cooperação internacional, concretizando a previsão contida no Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC) e no Pacto de San José da Costa Rica de efetivação e proteção progressiva dos direitos sociais, econômicos e culturais, com auxílio proveniente de cooperação internacional.

A partir de todas essas análises teóricas e empíricas, buscamos, em sede de considerações finais, refletir sobre o estágio de implementação do direito de acesso ao ensino superior no Brasil por parte dos refugiados, bem como sobre a difusão do Direito Internacional dos Refugiados nas Universidades, apresentando algumas propostas e observações para futuras reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foi demonstrado que os instrumentos normativos nacionais e internacionais existentes acerca do direito à educação permitem concluir pela existência de um direito de acesso ao ensino superior por parte dos refugiados, bem como que esse acesso, assim como a inserção da temática do refúgio no âmbito das IES, são extremamente importantes para a integração local no país de refúgio e para a consecução de inúmeros outros direitos essenciais e benefícios, tais como: garantia da dignidade humana, promoção da autossuficiência e emponderamento dos refugiados, promoção da paz e reconciliação, possibilidade de obter maior participação na sociedade civil, desenvolvimento de resiliência, auxílio na construção de uma sociedade igualitária, pacífica e efetivamente democrática, promoção de estabilidade, autonomia financeira e melhor qualificação para o trabalho, sentimento de acolhimento e de esperança e apoio psicológico.

Ademais, a inserção da temática do refúgio nas IES proporciona um aumento do debate e produção acadêmica sobre o tema, o que pode servir de substrato para posterior implementação de ações e políticas públicas, além de fazer com que as IES concretizem a sua finalidade de refletir e interagir com o contexto social no qual estão inseridas. Além disso, o contato direto com refugiados e o estudo sobre o tema conseguem fazer com que as pessoas sejam capazes de compreender a situação do outro, sentir empatia, lidar com a diversidade cultural e inclusive valorizá-la. Esta compreensão e aproximação possui grande potencial para combater comportamentos xenófobos e discriminatórios.

Foi possível verificar, assim, que tanto o direito de acessar o ensino superior quanto a inserção da temática do refúgio nas IES são medidas de elevada importância para esta população. Não obstante, o número de refugiados que consegue de fato acessar o ensino superior ainda é muito reduzido, assim como o número de ações existentes nas Universidades sobre a temática. Os obstáculos em relação a este acesso foram apontados no presente trabalho, dentre os quais: (i) falta de conhecimento da língua portuguesa; (ii) a ausência de condições financeiras; (iii) a falta dos documentos tradicionalmente exigidos, em razão do contexto de fuga em que foram obrigados a sair do país; (iv) a falta de reconhecimento de diplomas de graduação; (v) o desconhecimento de matérias específicas tradicionalmente exigidas nos vestibulares, como geografia, história do Brasil, literatura

brasileira; (vi) o formato da prova brasileira, que pode ser completamente diferente do costumeiramente utilizado no país de origem; (vii) a falta de moradia e outras condições de vida digna (como alimentação e acesso a livros e outros materiais de estudos) que possibilitem que os refugiados possam estudar e se preparar para as provas de ingresso nas Universidades; (viii) a falta de suporte familiar, no aspecto financeiro, vez que normalmente toda a família enfrenta dificuldades para adentrar o mercado de trabalho e, mais ainda, para acessar posições qualificadas e bem remuneradas; (ix) a falta de suporte familiar sob o aspecto psicológico, vez que as situações que levam ao pedido de refúgio costumam ser bastante traumáticas, passando as famílias a priorizarem a simples possibilidade de sobrevivência, muitas vezes sem a possibilidade de refletir sobre a importância de certos aspectos para a consecução de melhores condições de vida e para auxiliar no processo de superação dos traumas, como o acesso à educação; (x) a ausência de suporte, em sentido amplo, posto que muitas vezes os refugiados que conseguem chegar ao país de destino sequer estão acompanhados da família, pelas mais diversas razões e; (xi) o simples desconhecimento sobre a possibilidade de acesso ao ensino superior.

Tendo isso em mente, algumas Universidades brasileiras vêm adotando medidas como processo seletivo específico para refugiados, reserva de vagas, inserção em cursos de pré-vestibular social, concessão de aulas de português para refugiados e de bolsas de estudos, oferecimento de assistência jurídica e psicológica através de projetos de extensão ou de núcleos de prática jurídica, oferecimento de disciplinas sobre o Direito Internacional dos Refugiados, organização de eventos especificamente para debater o tema, dentre outras ações.

Aqui, é importante reconhecer o progresso nos últimos anos, vez que se esta mesma pesquisa tivesse sido realizada há cinco anos atrás, pouquíssimas ações teriam sido identificadas. Não obstante, o caminho a ser percorrido ainda é longo.

Primeiro, pois para atender a demanda e possibilitar um direito de escolha pelos refugiados, de acordo com a cidade ou Estado em que estão fixados, é necessário que mais Universidades ofereçam processos seletivos diferenciados, o que preferencialmente deveria ser coordenado por uma política nacional no âmbito do Governo Federal, através do MEC. Também, para superar as barreiras de preconceito e xenofobia, é preciso que a temática do refúgio seja ainda mais abordada e debatida, pelas IES e também pela sociedade como um todo.

Segundo, pois é necessário que exista uma maior divulgação das medidas e possibilidades já existentes, especialmente para a população refugiada. Para que o acesso a um direito seja efetivo, é necessário que a população de interesse tenha conhecimento de que existe de fato esta possibilidade de acesso, para que então possa se mobilizar no sentido de concretizar a possibilidade existente.

Terceiro, pois é preciso superar algumas limitações dos programas já implementados. É importante refletir sobre formas de tornar os processos seletivos específicos já existentes mais acessíveis aos refugiados, especialmente em relação as formas de análise da candidatura e em relação aos documentos exigidos. Uma proposta seria pensar em processos seletivos realizados em parceria ou discutidos e elaborados em conjunto com instituições que atuam especificamente com o atendimento de refugiados, para que as especificidades da população interessada possam ser melhor apreendidas. Outra proposta é incluir os refugiados no processo de elaboração desses processos seletivos, para que seja possível identificar adequadamente quais as maiores dificuldades encontradas e avaliar formas de superá-las;

Além das políticas de acesso é imprescindível também o desenvolvimento de medidas que possibilitem a permanência nas IES durante todo o período de estudo, como por exemplo através de tutoria e acompanhamento psicológico, pela concessão de auxílio moradia, alimentação e transporte, quando necessário, pela disponibilidade de material didático de qualidade, pela concessão de bolsas de estudos nas IES particulares, dentre outras medidas.

Seria importante, também, pensar em uma revisão no Estatuto do Refugiado, à exemplo do que foi feito recentemente com a edição da Lei de Migração em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, para que aborde expressamente em seu texto o direito de acesso aos direitos sociais e, mais especificamente, o direito de acesso a todos os níveis educacionais, de forma substancialmente igualitária em relação aos brasileiros.

Por fim, é necessário refletir sobre o baixo número de ações promovidas por Universidades privadas, debatendo e incentivando a mudança deste cenário, a partir da tomada de consciência de que a responsabilidade pela proteção dos direitos humanos não é apenas Estatal, devendo ser compartilhada também pelos entes privados e pela sociedade de forma geral.

Tais apontamentos não pretendem esgotar a análise do tema, ao contrário, buscam apenas servir de ponto de partida para futuras e necessárias reflexões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. Apuntes sobre la exigibilidad judicial de los Derechos Sociales. In: COURTIS, Christian; SANTAMARÍA, Ramiro Ávila (ed.). *La protección judicial de los Derechos Sociales*. Ecuador: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2009. p. 3-30.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/agencia/acnur/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding Integration: A Conceptual Framework. *Journal of Refugee Studies*, [Oxford] v. 21, n. 2, p. 166-191, 2008.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. A Lei 9474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. In: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *O direito internacional dos refugiados, uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Renovar, 2001.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *A proteção da pessoa humana no Direito Internacional: conflitos armados, refugiados e discriminação racial*. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2018.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Direitos humanos e não violência*. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

ALPHONSE, Fritznel; MACEDO, José Rivair. O Programa Pró-Haiti nas Universidades Públicas Brasileiras (2011-2016). *Temáticas*, Campinas, v. 25, n. 49/50, p. 233-270, fev./dez. 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/viewFile/3240/240>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito internacional dos refugiados: evolução histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

ARRANGEMENT of 12 May 1926 relating to the Issue of Identity Certificates to Russian and Armenian Refugees Disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/3dd8b5802.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

BARAKAT, S.; MILTON, S. *Houses of Wisdom Matter: The Responsibility to Protect and Rebuild Higher Education in the Arab World*. Brookings Doha Centre. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/En-Higher-Ed-Web.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

BENHABIB, Seyla. Claiming Rights across Borders: International Human Rights and Democratic Sovereignty. *American Political Science Review*, v. 103, n. 4, Nov, 2009.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D0591.htm. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Decreto n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 16 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Refúgio em números. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view. Acesso em: jun. 2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Direito Constitucional como ciência de direção: o núcleo essencial das prestações sociais ou a localização incerta da socialidade (contributo para a reabilitação da força normativa da “constituição social”). In: CANOTILHO, J. J. Gomes, CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha (coord.). *Direitos Fundamentais Sociais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 11-32.

CASTLES, Stephen, MAJA KORAC, Ellie Vasta; VERTOVEC, Steven. Integration: Mapping the Field. Home Office Online Report 29/03. London: Home Office, 2002. Disponível em: <http://forcedmigrationguide.pbworks.com/w/page/7447907/Integration%3A%20Mapping%20the%20Field>. Acesso em: 14 abr. 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Disponível em:

http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm. Acesso em: 10 jul. 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, (protocolo de San Salvador). http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/e.Protocolo_de_San_Salvador.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS SOCIAIS E CULTURAIS. Comentário geral n. 03. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCESCR%2fGEC%2f4758&Lang=em. Acesso em: 30 mar. 2018.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Solferino e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/feature/solferino-feature-240609.htm>. Acesso em: 11 de fev. 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DECLARAÇÃO de Cartagena. http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugueses/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Disponível em: 10 mar. 2018.

DRYDEN-PETERSON, Sarah. The Politics of Higher Education for Refugees in a Global Movement for Primary Education. *Refuge – Canada's Journal on Refugees*, v. 27, n. 2, p. 10-18, 2010.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. São Paulo: Direito GV, 2013.

ESPIELL, Hector Gros. *Los derechos económicos, sociales y culturales en el sistema interamericano*. San José: Libro Libre, 1986.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. A diáspora Haitiana no Brasil: Processo de Entrada, Características e Perfil. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval *et al.* (org.). *Imigração Haitiana no Brasil*. São Paulo: Paço Editorial, 2016. p. 95-111.

FRASER, Nancy. Redistribución, Reconocimiento y Participación: hacia um concepto integrado de la justicia. In: FRASER, Nancy; GAMUNDÍ, María Antonia Carbonero; VALDIVIELSO, Joaquín (coord.). *Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización*. Palma: Ed. UIB, 2011. p. 291-308.

GODOY, Gabriel Gualano de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *60 Anos de Acnur: perspectivas de futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011. p. 45-68.

GOODWIN-GILL, Guy S. Refugees: Challenges to Protection. *IMR*, New York, v. 35, n. 1, p. 130-142, Spring 2001.

GOODWIN-GILL. Non-Refoulement and the New Asylum Seekers. *Virginia Journal of International Law*, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 897-920, 1986.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 17. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de Teoria Política*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HATHAWAY, James. Forced Migration Studies: Could We Agree Just to Date? Oxford University Press: *Journal of Refugee Studies*, Oxford, p. 363-364, 2007.

HATHAWAY, James. Why Refugee Law Still Matters. *Melb. J. Inter'l L.* v. 8, n. 1, p. 89-103, 2007.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IKAWA, Daniel. The Right to Affirmative Action for Blacks in Brazilian Universities. *The Equal Rights Review*, London, v. 3, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA. Índice Geral de Cursos (IGC). Disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->. Acesso em: 10 de nov. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra e MADUREIRA, André de Lima. Os desafios a proteção dos refugiados e migrantes forçados no marco de cartagena + 30. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042020002.pdf>. Acesso em: 2 de fev. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Editora Método, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O procedimento de concessão do refúgio no Brasil*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/o-procedimento-refugio-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. A necessidade de proteção internacional no Âmbito da migração. *Revista Direito GV*, São Paulo, n. 11, p. 275-294, 2010.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAGALHÃES, Luis Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval *et al.* (org.). *Imigração Haitiana no Brasil*. São Paulo: Paço Editorial, 2016.

MAHLKE, Helisane. *Direito internacional dos refugiados: novo paradigma jurídico*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MOREIRA, Bertino Julia. O papel das cátedras Sérgio Vieira de Mello no processo de integração local dos refugiados no Brasil. monções: *Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez, 2015.

MOREIRA, Julia Bertino. *Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local*. REMHU- *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 22, n. 43, p.85-98. jul./dez. 2014.

MORLANG, Claas; WATSON, Sheri. *Tertiary Refugee Education Impact and Achievements: 15 years of DAFI*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/47b4083d2.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ONU. Carta das nações unidas. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

ONU. *Estatuto do ACNUR*. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR. Acesso em: 10 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Departamento de Direito Internacional Secretaria de Assuntos Jurídicos. Tratados multilaterais. Carta da organização dos estados americanos (A-41). Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.pdf. Acesso em: 10 jul. 2016.

PEYTRIGNET, Gérard. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEYTRIGNET, Gérard; SANTIAGO, Jaime Ruiz de. *As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana: direitos humanos, direito humanitário, direito dos refugiados*. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1996.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 35, n. 124, p.43-55. jan./abr. 2005.

PIOVESAN, FLÁVIA. Direitos sociais: proteção nos sistemas Internacional e Regional Interamericano. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, São Paulo, n. 5, p. 67-80, out. 2009.

PIOVESAN, Flávia. Justiciabilidade dos Direitos Sociais e Econômicos: desafios e perspectivas. In: CANOTILHO, J. J. Gomes, CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha (coord.). *Direitos Fundamentais Sociais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 51-68.

PIOVESAN, Flávia. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. ARAÚJO, Nádia e Almeida, Guilherme Assis de (Coord.). *O Direito Internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

PROTOCOLO de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf. Acesso em: 2 de mar. 2017.

RAMOS, André de Carvalho. Responsabilidade internacional do Estado por violação de Direitos Humanos. *Revista CEJ*, Brasília, n. 29, p. 53-63, abr./jun. 2005.

RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *60 Anos de Acnur: perspectivas de futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

RANIERI, Nina B. S. O direito à educação e o pleno exercício da cidadania. *ComCiência*, Campinas, n. 111, p. 1-3, 2009.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. A Cátedra Unesco de Direito à Educação da Faculdade de Direito: Democracia, Cidadania e Direito à Educação”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 108, p. 375-396, jan./dez., 2013.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. A tutela do direito À educação nas negociações Internacionais. *ComCiência*, Campinas, v. 8, p. 1-2, 2009.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Internacionalização da educação superior. *Revista Estudos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, v. 22, n. 33, p. 29-48, 2004.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Justiça pela qualidade na Educação: o Direito Educacional no Sistema Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. *In: JUSTIÇA pela qualidade da educação* [S.l: s.n.], 2013.

RANIERI, Nina Beatriz. *Educação Superior, Direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/96)*. São Paulo: Edusp, 2000.

RODRIGUES, Gilberto M. A. Acnur e universidades: a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVSM) no Brasil. *Cadernos de Debates*, Brasília, dez. p. 13-30, 2014.

SAID, SALAM; AVERY, Helen. Higher Education For Refugees: The Case of Syria. *Policy & Practice: A Development Education Review*, p. 104-125, 2017. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1174341/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SAN TIAGO DANTAS. Pós-Graduação. Relações Internacionais. Processo de seleção de refugiados ao Programa de Integração à Pós-Graduação em Relações Internacionais 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/330b78_257a040b650a44cd82f9ad211178aa0a.pdf. Acesso em: 23 maio 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais: um contributo para um balanço aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/artigo_Ingo_DF_sociais_PETROPOLIS_final_01_09_08.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

SARMENTO, Daniel. *A proteção judicial dos Direitos Sociais*. Disponível em: <http://www.dsarmento.adv.br/content/3-publicacoes/17-a-protecao-judicial-dos-direitos-sociais-alguns-parametros-etico-juridicos/a-protecao-judicial-dos-direitos-sociais-alguns-parametros-etico-juridicos-daniel-sarmento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. *Guests and Aliens*. New York: The New Press, 1999.

STEPHEN, Castles; KORAC, Maja; VASTA, Ellie; VERTOVEE, Steven. *Integration: Mapping the Field*. Report of a Project carried out by the University of Oxford Centre for Migration and Policy Research and Refugee Studies Centre contracted by Home Office Immigration Research and Statistics Service (IRSS). 2002. Disponível em: <http://forcedmigrationguide.pbworks.com/w/page/7447907/Integration%3A%20Mapping%20the%20Field>. Acesso em: 14 abr. 2018.

THE UN REFUGEE AGENCY. ACNUR, *Global Report 2017*. Disponível em: http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2017/pdf/GR2017_English_Full_lowres.pdf. Acesso em: jun. 2018.

THE UN REFUGEE AGENCY. ACNUR. *Left Behind: Refugee Education in Crisis*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/59b696f44.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2018.

TRATADO INTERNACIONAL. Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) (pacto de San José da Costa Rica). Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEYTRIGNET, Gérard; SANTIAGO, Jaime Ruiz de. *As Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana: direitos humanos, direito humanitário, direito dos refugiados*. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996.

UNESCO. Asia-Pacific Regional Convention on the Recognition of Qualifications in Higher Education 2011. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48975&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNESCO. Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region 1997. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13522&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNESCO. Global Convention on the Recognition of Higher Education Qualifications Project. <https://en.unesco.org/themes/higher-education/recognition-qualifications/global-convention>. Acesso em: 11 ago. 2018.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação (2019): Migração, Deslocamento e Educação: Construir Pontes e Não Muros. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996_por. Acesso em 10 jan. 2018.

UNESCO. The Committee Of The Convention On The Recognition Of Qualifications Concerning Higher Education In The European Region. Recommendation on the Recognition of Refugees' Qualifications under the Lisbon Recognition Convention and Explanatory Memorandum. Disponível em: <https://rm.coe.int/recommendation-on-recognition-of-qualifications-held-by-refugees-displ/16807688a8>. Acesso em: 15 out. 2018.

UNHCR; PETERSON, Sarah Dryden. *Refugee Education: a Global Review*. University of Toronto: Ontario Institute for Studies in Education, p. 83. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4fe317589.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Refugee Education: a Global Review*. Sarah Dryden-Peterson. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4fe317589.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

UNITED NATIONS. ED/2003/CONV/H/1 Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132598por.pdf>. Acesso em: 8 de abr. 2018.

UNITED NATIONS. Human Rights. Office of the High Commissioner. Observación general n. 3. La índole de las obligaciones de los Estados Partes (párrafo 1 del artículo 2 del Pacto). https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCESCR%2fGEC%2f4758&Lang=en. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. Procuradoria geral. Deliberação CONSU-A-005/1987, de 30/04/1987. disponível em: https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=2293. Acesso em: 13 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Graduação Coordenadoria de Ingresso na Graduação. EDITAL PROGRAD Nº 010, de 22 de março DE 2018. Seleção para ingresso de refugiados nos cursos de graduação presenciais. Disponível em: http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/copy_of_Edital_0102018_ProGrad_Refugiados2019.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

VEDOVATO, Luis Renato. Desenvolvimento e Direitos humanos na construção da paz. *Cadernos Fé e Cultura*, Campinas, v. 3, n. 1, p.47-55, 2018.

VEDOVATO, Luis Renato. Direito dos refugiados e realidade: a necessária diminuição das distâncias entre o declarado e o alcançado. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *60 Anos de ACNUR: perspectivas de Futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011. p. 289-312.

VEDOVATO, Luis Renato. *O direito de ingresso do estrangeiro*. São Paulo: Editora Atlas, 2013. v. 1.

VEDOVATO, Luis Renato; ANGELINI, Maria Carolina Gervásio. O jus cogens e o possível conflito com a soberania do Estado. *Direitos Fundamentais & Justiça*, Belo Horizonte, v. 10, n. 35, p. 103-126, jul./dez. 2016.

VEDOVATO, Luís Renato; BARRETO, Camille Michelle. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Estado Brasileiro: Incentivo na Construção de Políticas Públicas. *Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, Brasília, n. 6, p. 32-48, 2015.

VIEIRA, Oscar Vilhena; ALMEIDA, Eloísa Machado de. “Direito, Educação e transformação” em justiça pela qualidade na Educação. São Paulo: Saraiva, 2013.

XIMENES, Salomão. *Padrão de qualidade do ensino: desafios institucionais e bases para a construção de uma teoria crítica*. 2014. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZETTER, Roger. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. *Journal of Refugee Studies*, Oxford, v. 4, n. 1, p. 39-62, 1991.

APÊNDICE A – RESPOSTAS OBTIDAS EM RELAÇÃO AS CONSULTAS EFETUADAS NA PESQUISA EMPÍRICA

- **Ministério da Educação (MEC)**

Dados do Pedido

Protocolo	23480010028201832
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	03/05/2018 09:57
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	04/06/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior
Detalhamento	Prezado Sr./Sra, boa tarde. Estou realizando uma pesquisa em parceria com a Prof. Nina Ranieri da Faculdade de Direito da USP e, para concluí-la, preciso obter respostas para as perguntas abaixo formulados. Para tanto, conto com a colaboração deste órgão, com base na Lei de Acesso a Informação. Questões: 1) O MEC possui alguma política voltada para proporcionar/ facilitar o

ingresso de refugiados no ensino superior? Além disso, existe alguma normativa do MEC neste sentido?

2) As Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC possuem medidas que proporcionam/facilitam o ingresso de refugiados no ensino superior? Em caso positivo, quais são essas instituições e quais as medidas?

3) As peculiaridades dos refugiados são de alguma forma levadas em consideração nas políticas adotadas e regulamentações elaboradas pelo MEC? Em caso positivo, especificar as políticas e regulamentos.

Desde logo, agradeço pela atenção.

Cordialmente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta 29/05/2018 15:22
 Tipo de Resposta Acesso Concedido
 Classificação do Tipo de Resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Prezada Senhora,
 Em atenção à demanda registrada junto ao Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Educação, esclarecemos que apesar de ser uma realidade a questão dos refugiados no Brasil, infelizmente ainda não existe uma política do MEC para proporcionar/facilitar o acesso, das pessoas nessas condições, ao ensino superior.
 1) O MEC possui alguma política voltada para proporcionar/ facilitar o ingresso de refugiados no ensino superior? Além disso, existe alguma normativa do MEC neste sentido?
 Resposta: A única norma sobre o assunto diz respeito a

revalidação/reconhecimento de títulos, conforme os Artigos 14 e 29 da Portaria MEC n.22, de 13/12/2016, que trata da matéria.

2) As Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC possuem medidas que proporcionam/facilitam o ingresso de refugiados no ensino superior? Em caso positivo, quais são essas instituições e quais as medidas?

Resp. Não existem informações consolidadas sobre o assunto neste Ministério, considerando em especial que a adoção de medidas neste sentido se insere na autonomia conferida às universidades pelo art. 207 da Constituição Federal. Dessa forma sugere-se a Vossa Senhoria que encaminhe consulta às universidades públicas ou privadas de vosso interesse.

3) As peculiaridades dos refugiados são de alguma forma levadas em consideração nas políticas adotadas e regulamentações elaboradas pelo MEC? Em caso positivo, especificar as políticas e regulamentos.

Resp. Conforme mencionado acima, a única norma sobre o assunto diz respeito a revalidação/reconhecimento de títulos, conforme os Artigos 14 e 29 da Portaria MEC n.22, de 13/12/2016, que trata da matéria. Certamente, no caso de revalidação de diplomas de graduação, isso pode ajudar no ingresso de refugiados nos programas de pós-graduação, satisfeitas as exigências dos processos seletivos dos respectivos programas a que se candidatam.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior
Secretaria de Educação Superior
Ministério da Educação

Responsável pela Resposta	Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Secretaria de Educação Superior
Prazo Limite para Recurso	08/06/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Educação
 Subcategoria do Pedido Educação superior
 Número de Perguntas 1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
03/05/2018 09:57	Pedido Registrado para para o Órgão MEC – Ministério da Educação	SOLICITANTE
22/05/2018 11:42	Pedido Prorrogado	MEC – Ministério da Educação
29/05/2018 15:22	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação

- **UNESCO**

De: Letícia Sakai <letsakai@gmail.com>
Enviado: sábado, 10 de novembro de 2018 13:21
Para: thaistemer@hotmail.com
Cc: Nina Ranieri
Assunto: Re: Informacoes - Ensino Superior e Refugio - orientanda Prof. Nina

Prezada Thaís,

Agradeço pela sua mensagem.

No momento, sobre o acesso ao ensino superior e a questão dos refugiados há alguns projetos embrionários em fase de consultas para averiguar a possibilidade e a maneira de lançar um projeto sobre a questão. Mas por enquanto nada concreto nem oficial.

O vídeo é sobre as convenções regionais e a futura convenção mundial sobre reconhecimento de qualificações de ensino superior. Envio aqui abaixo o site das convenções, o site da futura Convenção mundial e as três convenções regionais em vigor cujo o artigo 7 tem por objetivo promover uma maior flexibilidade sobre a mobilidade internacional de refugiados quanto ao ensino superior.

<https://en.unesco.org/themes/higher-education/recognition-qualifications>

<https://en.unesco.org/themes/higher-education/recognition-qualifications/global-convention>

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48975&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=49282&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13522&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

O Comitê da Convenção regional para a região da Europa adotou uma recomendação no ano passado: <https://rm.coe.int/recommendation-on-recognition-of-qualifications-held-by-refugees-displ/16807688a8>

Sigo à disposição para o que puder responder.

Boa sorte, boa pesquisa!

Atenciosamente,

Leticia.

Em sex, 9 de nov de 2018 às 14:49, Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com> escreveu:

Prezada Letícia, bom dia.

Sou orientanda de mestrado da Prof. Nina Ranieri e a minha pesquisa é sobre Refúgio e Acesso ao Ensino Superior. Realizei uma pesquisa empírica, fazendo uma análise das políticas de acesso diferenciado implementadas pelas Universidades brasileiras, além de pesquisar políticas dos governos estaduais, do governo federal, MEC e UNESCO.

Ao consultar a Unesco, obtive a resposta que ainda não havia ações/projetos nesse sentido. Contudo, a Prof. Nina compartilhou comigo o vídeo que a senhora enviou para ela, sobre o projeto que está desenvolvendo.

Assim, gostaria de saber se a Unesco está trabalhando recentemente com este tema e quais ações estão sendo desenvolvidas (tanto para proporcionar o ingresso dos refugiados no ensino superior quanto para possibilitar o debate/inserção do tema no meio acadêmico). Qualquer informação que tenha para contribuir será de enorme valia.

Assim que finalizar a dissertação, se houver interesse compartilho com a senhora os resultados que obtive!

Atenciosamente,

Thaís Temer

- **Universidade do Estado de São Paulo**

SIC-USP <noreply-uspdigital@usp.br>

Qui 02/08/2018, 17:03

Você

SOLICITAÇÃO ENVIADA

Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a USP, através das seguintes perguntas:

- 1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa)? Em caso positivo, por gentileza especificar.
- 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?
- 3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?
- 4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

::::: RESPOSTA DO SIC :::::

::::: Resposta :::::

Data: 02/08/2018 16:55

Situação: Respondido ao Usuário

Respondido para o email thaistemmer@hotmail.com

Texto

Cara Thais,

A Pró-Reitoria de Graduação da USP informa que a Universidade de São Paulo não teve candidatos nessa situação.

A única ação direcionada para esse público, previsto na Resolução da FUVEST e no Edital do SiSU, é que serão aceitos como documento de identidade oficial na matrícula o protocolo provisório emitido pela Polícia Federal do Brasil (Protocolo de Refúgio).

Para qualquer outra informação relativa à Universidade de São Paulo prevista na Lei 12.527/2011, por favor, faça novo pedido em formulário digital disponível

em <https://nam01.safelinks.protection.outlook.com/?url=www.transparencia.usp.br&data=02%7C01%7C%7Cd32141fafae3423f453308d5f8b2f71b%7C84df9e7fe9f640afb435aaaaaaaaaaaa%7C1%7C0%7C636688369883410337&data=XftMuOhmZYAv551Bn8PgRJ%2BFiJAYyUe0waCMPBsWI8s%3D&reserved=0>.

Atenciosamente,

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

Universidade de São Paulo

Caso a resposta seja insuficiente, acesse o link a seguir e submeta o formulário com os motivos para reconsiderar sua mensagem.

<https://nam01.safelinks.protection.outlook.com/?url=https%3A%2F%2Fuspdigital.usp.br%2Fsic%2FfaleConoscoAcessarStatus%3FcodigoAcesso%3D2308956174366157884174487%26codigoMensagem%3D166758&data=02%7C01%7C%7Cd32141fafae3423f453308d5f8b2f71b%7C84df9e7fe9f640afb435aaaaaaa%7C1%7C0%7C636688369883410337&sdata=H%2BTDkSyAoPxoU%2F0Hx81%2FjGcyAnZGtEOab2b7nTansoc%3D&reserved=0>

Caso queira formular um novo pedido de informação ao SIC, esclarecendo melhor sua solicitação, acesse o link a seguir:

<https://nam01.safelinks.protection.outlook.com/?url=https%3A%2F%2Fuspdigital.usp.br%2Fsic&data=02%7C01%7C%7Cd32141fafae3423f453308d5f8b2f71b%7C84df9e7fe9f640afb435aaaaaaa%7C1%7C0%7C636688369883410337&sdata=8LG6djHVFzCrO6I%2BNswQCYNH8ED0GTAp4XJSRNwZsRg%3D&reserved=0>

ATENÇÃO! Este e-mail é apenas informativo, não é necessário respondê-lo

- **Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)**

Dados do Pedido

Protocolo	23480027104201849
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	28/11/2018 11:21
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos
Prazo de Atendimento	18/12/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Informações enviadas por e-mail)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informacoes - Acoes Tematica Refugio
Detalhamento	Prezado

(a),

Há pouco tempo, realizei uma solicitação buscando saber, resumidamente, se a UFSCAR possuía mecanismos diferenciados de ingresso de refugiados no ensino superior E TAMBÉM se possuía outros tipos de ação voltadas a temática do refúgio ou visando promover o debate sobre o tema (como disciplinas, cursos de extensão, eventos, palestras, aulas de português, etc).

O primeiro questionamento foi satisfatoriamente respondido. Contudo, com relação ao segundo, foi apenas informado que existe o departamento "saade" que seria responsável por outras ações. Já tentei contato através do email do saade em duas oportunidades e não obtive resposta.

Assim, encaminho nova solicitação, pois preciso saber especificamente:

-- A Universidade possui outras ações/ projetos voltados para a temática do refúgio? (disciplinas, cursos de extensão, aulas de português, palestras, seminários, etc).

Atenciosamente

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta	12/12/2018 16:30
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	de Informações enviadas por e-mail

Resposta Prezada solicitante,
 Encaminho anexo arquivo contendo algumas das ações desenvolvidas sobre a temática refúgio na UFSCar.
 Informamos que, caso seja desejo do solicitante, poderá ser interposto recurso à essa resposta. O recurso em primeira instância é apreciado pelo superior imediato ao respondente.
 Atenciosamente,
 Serviço de Informação ao Cidadão - UFSCar

Responsável pela Resposta Chefe do Departamento de Informações Institucionais

Destinatário do Recurso de Primeira Instância: de Secretário Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais

Prazo Limite para Recurso 26/12/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Educação

Subcategoria do Pedido Educação superior

Número de Perguntas 1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
28/11/2018 11:21	Pedido Registrado para para o Órgão UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos	SOLICITANTE
12/12/2018 16:30	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFSCar – Fundação

		Universidade Federal de São Carlos
--	--	------------------------------------

Informações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG)

A ProPG não realiza controle sobre as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação. Tais linhas são listadas pelos respectivos Programas na Plataforma Sucupira da CAPES. Sendo mais objetivo em relação ao pedido, sugiro ao solicitante acessar a plataforma SUCUPIRA (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>), clicar sobre a opção "Coleta Capes". Ao clicar sobre esta opção, será aberta uma tela em que terá acesso as linhas de pesquisa existentes em cada Programa de Pós-Graduação da UFSCar (**Linhas de pesquisa**), assim como as disciplinas ofertadas (**Disciplinas**). Ao clicar sobre uma destas opções, deverá informar a "Instituição de Ensino Superior" [**33001014 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)**] e selecionar o Programa que deseja analisar. Ao identificar linha(s) ou disciplina(s) afetas ao assunto de interesse, poderá entrar em contato diretamente com o coordenador do Programa para maiores informações.

Informações da Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico para Estudantes (CAAPE)

A UFSCar disponibiliza, na grade curricular de alguns cursos, disciplinas que – embora não sejam exclusivamente sobre a temática Refúgio – tratam em suas ementas esta questão. Tais disciplinas são vinculadas aos Departamentos de Sociologia, de Ciências Sociais e de Geografia e são oferecidas no âmbito da Graduação. Abaixo seguem as disciplinas:

- Minorias Étnicas e Identidade
- Temas Contemporâneos em Antropologia Social II
- Sociologia Urbana

As três disciplinas citadas acima são do curso de Ciências Sociais. O curso conta com três ênfases e, por isso, as disciplinas são obrigatórias para a parte da turma que optou pela ênfase que compreende a disciplina em foco e optativa para os outros estudantes.

- Geografia da População

Disciplina obrigatória do curso de Geografia.

A UFSCar também oferece, por meio do Instituto de Línguas/IL, cursos de Língua Portuguesa para estrangeiros. Segundo informações do IL, são disponibilizados, semestralmente, 100 vagas.

São ofertadas as seguintes opções de curso:

Básico 1 para Falantes de Espanhol: Terças e Quintas, das 12h15 às 13h40

Básico 1 para Falantes de Outras Línguas: Terças e Quintas, das 17h às 18h40

Básico 2 para Falantes de Espanhol: Sábados, das 9h às 12h

Básico 2 para Falantes de Outras Línguas: Quartas, das 19h às 22h

Intermediário 1: Segundas e Quartas, das 12h às 13h40

Intermediário 2: Segundas e Quartas, das 12h às 13h40

Avançado: Terças e Quintas, das 12h15 às 13h40

Com relação a palestras e seminários, a UFSCar realizara – por demandas de escolas de ensino fundamental de São Carlos e Região - rodas de conversa com os alunos e alunas destas escolas sob a temática do refúgio. Desde o ano de 2016, foram realizadas 8 rodas de conversa.

Informações da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq)

Dentre os grupos de Pesquisa da UFSCar, há dois cujos pesquisadores principais podem fornecer algumas informações sobre o assunto.

Os grupos são:

Grupo: Antropologia das migrações

Instituição:UFSCAR

Líder(es):Igor José de Renó Machado

Victor Hugo Martins Kebbe da Silva

Área:Antropologia

IGOR JOSE DE RENO MACHADO

Unidade de Exercício: Departamento de Ciências Sociais

Campus: São Carlos

Cargo: Professor Associado

Ramal 1: 8369

Ramal 2: 8652

E-Mail: igor@ufscar.br, igorreno@gmail.com

Página: <http://www.ufscar.br/~igor>

Grupo: História Social das Migrações

Instituição:UFSCAR

Líder(es):Oswaldo Mario Serra Truzzi

Área:Sociologia

OSWALDO MARIO SERRA TRUZZI

Unidade de Exercício: Aposentado
 Campus: São Carlos
 Cargo: Professor Titular
 E-Mail: truzzi@ufscar.br

Dados do Pedido

Protocolo 23480014736201842
 Solicitante Thais Temer
 Data de Abertura 21/06/2018 10:17
 Orgão Superior MEC – Ministério da Educação
 Destinatário
 Orgão Vinculado UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos
 Destinatário
 Prazo de 28/06/2018
 Atendimento
 Situação Em Tramitação
 Status da Situação Pedido Registrado
 Forma de Pelo sistema (com avisos por email)
 Recebimento da
 Resposta
 Resumo Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
 Detalhamento Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UFSCAR, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

R.: Em 09/06/2008, por meio da Portaria GR nº 941/08, a Universidade Federal de São Carlos regulamentou o ingresso nos cursos de graduação presenciais de pessoas em situação de Refúgio no Brasil.

A Lei nº 9474/97, de 20/07/97, define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, prevendo em seu art. 44 que “o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverá ser facilitado, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados”.

Assim, a partir do ano de 2009 a UFSCar passou a realizar processo seletivo específico, com oferta de no mínimo uma vaga adicional em cada curso, para seleção de pessoas em situação de refúgio, desde que com o devido atestado emitido pelo Conare – Comitê Nacional para os Refugiados, vinculado ao Ministério da Justiça.

Os documentos institucionais a respeito do Processo Seletivo para Refugiados estão disponíveis nos links a seguir

Edital 2019: http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/copy_of_Edital_0102018_ProGrad_Refugiados2019.pdf

Resolução nº 71/15 de 11 de maio de 2015: <http://www.prograd.ufscar.br/cursos/arquivos-graduacao/refugiados/Resolucao%207115%20de%2011%20de%20maio%20de%202015.pdf>

Lei nº 9.474/97, de 20 de julho de 1.997: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

R.: Sim. Atualmente há estudantes com matrícula ativa na Universidade. Neste link você

poderá consultar os resultados das seleções para ingresso nos anos de 2017 e 2018: <http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/anos-anteriores-ingresso-de-refugiados>

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

R.: Conforme esclarecido na resposta à pergunta número 1, as vagas destinadas ao ingresso de pessoas em situação de refúgio na UFSCar é regulamentada pela Resolução nº 71/2015 do Conselho de Graduação, que destina 1 vaga em cada um dos 65 cursos para pessoas que comprovarem (por meio de documentação emitida pelo CONARE) que possuem o status de refugiadas. A regra pode ser lida neste link: <http://www.prograd.ufscar.br/cursos/arquivos-graduacao/refugiados/Resolucao%207115%20de%2011%20de%20maio%20de%202015.pdf>

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

R.: A Universidade constituiu recentemente uma Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade e Equidade (SAADE) que possui uma coordenadoria de relações Étnico-Raciais. É esta a unidade administrativa responsável por articular eventos e discussões acerca desta temática. Conheça um pouco mais sobre a SAADE em: <http://blog.saade.ufscar.br/>

E-mail: saade@ufscar.br

Atenciosamente,

Thaís

Origem
da Internet
Solicitação

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
21/06/2018 10:17	Pedido Registrado para para o Órgão UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos	SOLICITANTE

- **UNIFESP**

Dados do Pedido

Protocolo	23480014737201897
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	21/06/2018 10:18
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
Prazo de Atendimento	11/07/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
Detalhamento	Prezado Sr./Sra, Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro

discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UNIFESP, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa)? Em caso positivo, por gentileza especificar.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta	28/06/2018 16:46
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Prezada Sra. Thais,
Segue em anexo a resposta da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp em atenção à sua solicitação.
Atenciosamente,
Gestão e-SIC Unifesp

Responsável pela Resposta Pró-Reitoria de Graduação

Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Pró-Reitor de graduação

Prazo Limite para Recurso 09/07/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Educação

Subcategoria do Pedido Educação superior

Número de Perguntas 4

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
21/06/2018 10:18	Pedido Registrado para para o Órgão UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	SOLICITANTE
21/06/2018 14:57	Pedido Em Andamento	MEC – Ministério da Educação/UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
28/06/2018 16:46	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

Rua Sena Madureira, 1500 - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 - <http://www.unifesp.br>

Memorando nº 93/2018/PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

São Paulo, 26 de junho de 2018.

A/C

Daniela Lino Melo Gestora e-SIC Ouvidoria Unifesp

Assunto: Solicitação de informação pela Sra. Thais Temer formalizada via e-SIC

Prezado(a),

Em resposta à solicitação seguem às respostas.

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

Ainda não. A UNIFESP estabeleceu uma comissão para o estabelecimento de uma política de ingresso de refugiados na universidade.

Esta Comissão concluirá seus trabalhos até o primeiro semestre de 2019.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

Não há registro de estudantes refugiados, admitidos por esta condição, na universidade até o momento.

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

Prejudicada em função da resposta anterior negativa.

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Sim. A UNIFESP integra o rol de universidades conveniadas ao ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, através da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, e desenvolve ações de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à temática do refúgio, inclusive a oferta de disciplina específica (Direito Internacional de Refugiados), em diversos cursos de graduação. Além disso, a universidade oferece curso de português para refugiados, através de iniciativa dos discentes do curso de Letras, bem como realiza encaminhamentos e tratamentos de saúde para refugiados e solicitantes de refúgio encaminhados pela Centro de Referência para Refugiados, da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Atenciosamente,
Profa. Dra. Isabel Marian Hartmann de Quadros

Documento assinado eletronicamente por **Isabel Marian Hartmann de Quadros, Pró-Reitor(a) de Graduação**, em 26/06/2018, às 23:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **0022791** e o código CRC **6450794B**.

Referência: Processo nº 23089.104554/2018-95

Especificação do Processo: Solicitação de informação pela Sra. Thais Temer formalizada via e-SIC

Descrição do documento: Resposta questões refugiados

- **UNESP**

norephysic@sp.gov.br
 Seg 13/08/2018, 15:23
 Você

Prezado(a) Sr(a) TEMEr,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 687341812872, data 25/07/2018, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Universidade Estadual Paulista - UNESP

SIC: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Solicitação:

Estou realizando uma pesquisa no âmbito do mestrado na USP que tem como enfoque principal analisar a possibilidade de acesso dos refugiados ao ensino superior. Para o desenvolvimento da parte empírica, estou consultando alguns órgãos e entidades com o intuito de verificar a existência de políticas/ações neste sentido.

Assim, gostaria de saber, se o Governo do Estado de São Paulo possui alguma política ou ação visando facilitar/promover o acesso de refugiados no ensino superior. Em caso positivo, peço a gentileza de fornecer o maior número de informações possíveis. Ainda, gostaria de saber se existe alguma legislação estadual que verse sobre o tema.

Grata

G

Resposta:

Prezado Senhor

Em atenção à consulta recebida no portal transparência da Unesp, que nos foi encaminhada, esclarecemos que, consultado o Grupo de Informações Acadêmicas da Secretaria Geral, não foi encontrada legislação, no âmbito da Unesp que disponha, exclusivamente, sobre políticas ou ações referentes ao acesso de refugiados ao ensino superior na Universidade.

Embora não referente ao acesso de refugiados, mas com relação ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação e revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, assuntos esses de responsabilidade da Secretaria Geral, destacamos os seguintes trechos que tratam sobre refugiados:

RESOLUÇÃO UNESP Nº 04, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o reconhecimento de diplomas de pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

“ ...

Artigo 6º - Refugiados(as) estrangeiros(as) no Brasil que não estejam de posse da documentação requerida para o reconhecimento, nos termos desta Resolução, e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, serão submetidos(as) à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de reconhecimento.

§ 1º - Para fins do disposto no caput deste artigo, o(a) requerente deverá comprovar sua condição de refugiado(a) por meio de documentação específica, conforme normas brasileiras, incluindo no processo a documentação comprobatória dessa condição, emitida pelo Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça - CONARE-MJ.

§ 2º - Refugiados(as) plenamente ou parcialmente indocumentados(as) deverão justificar formalmente a indisponibilidade dos documentos relacionados no art. 5º.

§ 3º - Os(As) candidatos(as) refugiados(as) terão seus processos previamente analisados pela Comissão Assessora Permanente de Reconhecimento de Diplomas, antes do encaminhamento ao Conselho do Programa de Pós-graduação responsável pela análise.

§ 4º - O Conselho do Programa de Pós-graduação deverá elaborar critérios específicos para avaliação dos processos de que trata o parágrafo anterior.

§ 5º - Refugiados(as) que apresentarem os documentos relacionados nos incisos I, II e V do art. 5º desta Resolução, sem a autenticação consular ou a Apostila de Haia, deverão justificar a sua indisponibilidade.

Artigo 7º - Os(As) candidatos(as) que comprovarem a condição de refugiado(a) e que possuírem toda a documentação solicitada no art. 5º, terão seus processos analisados de acordo com o previsto no art. 3º desta Resolução.”

RESOLUÇÃO UNESP Nº 05, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior

“ ...

Artigo 7º - Refugiados(as) estrangeiros(as) no Brasil que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação, nos termos desta Resolução, e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, serão submetidos(as) à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação.

§ 1º - Para fins do disposto no caput deste artigo, o(a) requerente deverá comprovar sua condição de refugiado(a) por meio de documentação específica, conforme normas brasileiras, incluindo no processo a documentação comprobatória dessa condição, emitida pelo Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça - CONARE-MJ.

§ 2º - Refugiados(as) plenamente ou parcialmente indocumentados(as) deverão justificar formalmente a indisponibilidade dos documentos relacionados no art. 6º.

§ 3º - Refugiados(as) que apresentarem os documentos relacionados nos incisos I, II e III do art. 6º desta Resolução, sem a autenticação consular ou a Apostila de Haia, deverão justificar a sua indisponibilidade.

Artigo 8º - Os(As) candidatos(as) que comprovarem a condição de refugiado(a) e que possuírem toda a documentação solicitada no art. 6º, terão seus processos analisados de acordo com o previsto no art. 20 desta Resolução.”

Por fim, a título de colaboração, apontamos a Lei nº 16.685, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado para os refugiados no Estado.

É o que nos cabe a informar.

Att.,

SIC UNESP

Caso não fique satisfeito com a resposta ou com o serviço, recomendamos os procedimentos abaixo indicados:

1) NOVA SOLICITAÇÃO - Formule uma nova solicitação de informação ao SIC, esclarecendo melhor o solicitado. www.sicsp.com.br

2) CONTATE UMA OUVIDORIA - Formalize uma reclamação e/ou sugestão junto à Ouvidoria do órgão que prestou o atendimento. <https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/PossoAjudar.aspx>

3) Entre com um recurso: [\[Link\]](#)

O PRAZO para entrar com recurso é de 40 (quarenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação.

Atenciosamente,

SIC.SP

Governo do Estado de São Paulo

• UNOESTE

Marcelo Gomes <marcelogomes@unoeste.br>

Ter 19/06/2018, 08:11

Você

De: Assessoria para Relações Interinstitucionais

Enviado: segunda-feira, 18 de junho de 2018 18:21

Para: Marcelo Gomes

Assunto: Re: Contato pela página da Unoeste [IP: 200.18.252.45]

Bom dia!

Respondendo ao questionamento da Mestranda Thaís Temer, até o momento não tivemos nenhuma demanda relacionada ao tema de refugiados, a única coisa que tivemos é o caso de um venezuelano não refugiado que deseja transferir sua graduação para Unoeste, e estamos realizando os trâmites para recebê-lo através de processo seletivo específico. Além disso no proximo semestre teremos a oferta de "Lingua Portuguesa para estrangeiros" caso haja interesse de algum estrangeiro.

Espero ter ajudado.

Atenciosamente,

Muryel Acco

Assessoria de Relações Interinstitucionais
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

• **UFRJ**

Dados do Pedido

Protocolo	23480014226201875
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	16/06/2018 19:17
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prazo de Atendimento	09/07/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Informações enviadas por e-mail)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
Detalhamento	Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e juntamente com a Prof. Nina Ranieri, estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se

deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de obter resposta para as seguintes perguntas:

- 1) A URJ possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado)
- 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?
- 3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Qualquer ajuda será de enorme valia!

Atenciosamente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta 22/07/2018 11:49

Tipo de Resposta Acesso Concedido

Classificação do Tipo de Resposta Informações enviadas por e-mail

Resposta Prezada, pedimos desculpas pela demora

1) A UFRJ possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado)?

Resposta: Não.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?

Resposta: Sim. Os alunos imigrantes refugiados foram /são atendidos pela PR-1, no gabinete da Pró-Reitoria.

3) Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Resposta: Sim, mas ainda não temos uma ação institucional estruturante. As ações são descentralizadas nas unidades da Universidade.

Responsável pela Resposta	Superintendência Administrativa
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Pró-Reitor de Graduação
Prazo Limite para Recurso	02/08/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação superior
Número de Perguntas	3

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
16/06/2018 19:17	Pedido Registrado para para o Órgão UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	SOLICITANTE
16/07/2018 20:26	Reclamação registrado	SOLICITANTE
22/07/2018 11:49	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reclamação

Órgão Superior Destinatário MEC – Ministério da Educação
Órgão Vinculado Destinatário UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Data de Abertura 16/07/2018 20:26
Prazo de Atendimento 23/07/2018

Justificativa

Gostaria de registrar reclamação, vez que meu pedido não foi atendido no prazo previsto legalmente.

Dados do Recurso de Reclamação

Órgão Superior Destinatário MEC – Ministério da Educação
Órgão Vinculado Destinatário UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Data de Abertura 16/07/2018 20:26
Prazo de Atendimento 23/07/2018
Tipo de Recurso Resposta não foi dada no prazo

Justificativa

Gostaria de registrar reclamação, vez que meu pedido não foi atendido no prazo previsto legalmente.

Resposta ao Recurso de Reclamação

Data da Resposta	Não respondido
------------------	----------------

Prazo para Disponibilizar Informação	-
--------------------------------------	---

Tipo Resposta	-
---------------	---

Justificativa

-

Responsável pela Resposta	-
---------------------------	---

Destinatário do Recurso de Instância	- -
--------------------------------------	-----

Prazo Limite para Recurso	-
---------------------------	---

- UNIRIO

Dados do Pedido

Protocolo	23480014459201878
-----------	-------------------

Solicitante	Thais Temer
-------------	-------------

Data de Abertura	18/06/2018 21:36
------------------	------------------

Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
-----------------------------	------------------------------

Orgão Vinculado Destinatário	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
------------------------------	---

Prazo de Atendimento	09/07/2018
----------------------	------------

Situação	Respondido
----------	------------

Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
--------------------	--

Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
----------------------------------	-------------------------------------

Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas
--------	---

Detalhamento

/ Atividades Referentes a Refugiados

Prezado

Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e juntamente com a Prof. Nina Ranieri, estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UNIRIO, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa) Em caso positivo, por gentileza especificar.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?

3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

- UENF

Pró-Reitoria de Graduação <prograd@uenf.br>

Qui 03/01/2019, 14:49

Você

Não temos.

Em qua, 12 de dez de 2018 às 09:47, Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com> escreveu:
Bom dia. Muito obrigada pelas informações.

À título de complementação, você poderia me informar se possuem outras atividades voltadas para a temática do refúgio (ex: eventos realizados, disciplinas ofertadas, assistência à população, etc?)

Estou finalizando a pesquisa e ficou faltando esta informação.

Atenciosamente,

Thaís

De: Pró-Reitoria de Graduação <prograd@uenf.br>

Enviado: segunda-feira, 20 de agosto de 2018 14:32

Para: Thaís Temer

Assunto: Re: Informacoes - Pesquisa Levantamento Ingresso Refugiados Ensino Superior

Boa tarde,

A UENF participa da Plataforma Carolina Bori, onde fazemos revalidação de diploma de estrangeiro. Temos feito algumas revalidações de diploma de graduação, mestrado, etc. Qto receber refugiados, ainda não recebemos.
Não temos cota reservada p/ refugiados.

Atenciosamente.

Marta/PROGRAD

Em 20 de agosto de 2018 10:55, Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com> escreveu:

Prezados (as) Srs/Sras,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UENF, através das seguintes perguntas:

- 1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.
- 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?
- 3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?
- 4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Observo que o contato via Fale Conosco no site foi impossível.

Atenciosamente,

Thaís

--

Atenciosamente,

Marta Lanunce
Thaís de Oliveira

Secretária da Pró-Reitora de Graduação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Avenida Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia

Campos dos Goytacazes - RJ - CEP: 28.013-602
Tels.: (22) 2748-6068/2748-6040

--

Atenciosamente,

Marta Lanunce
Thaís de Oliveira

Secretária da Pró-Reitora de Graduação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Avenida Alberto Lamago, 2000 - Parque Califórnia
Campos dos Goytacazes - RJ - CEP: 28.013-602
Tels.: (22) 2748-6068/2748-6040

- UFRRJ

Dados do Pedido

Protocolo	23480015240201896
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	29/06/2018 21:12
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prazo de Atendimento	23/07/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas

Detalhamento

/ Atividades Referentes a Refugiados

Prezado

Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UFRRJ, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa)? Em caso positivo, por gentileza especificar.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta	02/07/2018 10:34
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Segue, repostas da UFRRJ 1- Não, até o momento, a UFRRJ não possui nenhum mecanismo de ingresso diferenciado 2- Não existem e não existiram alunos refugiados 3- Não pela inexistência destes 4- Não pela inexistência destes
Responsável pela Resposta	Progras
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Thais Temer
Prazo Limite para Recurso	12/07/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação superior
Número de Perguntas	4

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
29/06/2018 21:12	Pedido Registrado para para o Órgão UFRRJ –	SOLICITANTE

	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	
30/06/2018 12:27	Pedido Em Andamento	MEC – Ministério da Educação/UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
02/07/2018 10:34	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

- PUC- Rio

Carolina Moulin <cmoulinaguiar@gmail.com>

Qua 31/10/2018, 13:46

Você

Oi Thais, segue resposta. desculpe demora.

abs

On 10/30/18, Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com> wrote:

Prezada Prof. Carolina Moulin,

A Sra. Renata Ratto me passou o seu contato (vide email abaixo) vez que talvez possa me ajudar com a pesquisa que estou realizando.

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a PUC-RIO, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar. Ainda não. iniciativas estão em estudo. Hoje temos vagas reservadas no pré-vestibular comunitário para refugiados, solicitantes e migrante em situação de vulnerabilidade. Tem isenção de taxas e apoio alimentação

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?
Sim, mas entrada regular. Engenharia e Comunicação Social.

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos? Vagas normais.

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Sim, temos eventos mensais abertos à comunidade, já fizemos ano passado um grande workshop temático com organizações da sociedade civil, governo, acadêmicos e refugiados para avançar uma pauta local de integração, temos participado do Comitê Estadual (CEIPARM); lideramos o grupo de pesquisa no diretório do CNPq; oferecemos um centro de atendimento psicológico e um núcleo de apoio jurídico com equipes voltadas especificamente para refugiados e solicitantes. Oferecemos curso interdisciplinar sobre refúgio semestralmente para alunos da graduação e pós-graduação com visitas a instituições de acolhimento no Rio. Já passaram mais de 200 discentes nos cursos entre 2017-2018.

Talvez a Senhora consiga me ajudar especialmente com o tópico 4.

Atenciosamente,

Thaís

De: Renata Arruda Ratton renataratton@puc-rio.br

Enviado: terça-feira, 30 de outubro de 2018 10:34

Para: thaistemmer@hotmail.com

Assunto: Informações - Pesquisa Refugiados - Ausência de Resposta

Prezada Thaís,

Lamento pela falta de resposta, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmico só recebeu sua mensagem hoje. Passo a acompanhar sua solicitação a partir de agora.

A orientação que recebi é que você entre em contato, por gentileza, com a professora Carolina Moulin, da Cátedra Sergio Vieira de Mello - cmoulin@puc-rio.br <<mailto:cmoulin@puc-rio.br>>

Digitando @refugiandopuc-rio, na busca do Facebook, você chega à página da Cátedra.

Conversei, rapidamente, com a coordenadora central de graduação, e ela adiantou que, por enquanto, não temos nenhum refugiado como aluno ou regras específicas para ingresso de refugiados.

Em relação à pergunta 1, disse que os refugiados podem ser enquadrados no programa de bolsas e que a questão dos documentos não pode ser flexibilizada porque é exigência legal do MEC. O problema mais sério, segundo ela, é a revalidação do ensino médio.

Fico à disposição para auxiliá-la no contato, caso não consiga falar com a professora Carolina. Você pode dizer que entra em contato encaminhada pela profa. Daniela Vargas, coordenadora central de graduação.

Um abraço,

Renata Ratton

Renata Ratton
Assessora de Comunicação
Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos / PUC-Rio

-----Mensagem original-----

> De: Thaís Temer (by way of guarisco@puc-rio.br<<mailto:guarisco@puc-rio.br>>)
> [<mailto:thaistemmer@hotmail.com><<mailto:thaistemmer@hotmail.com>>]
> Enviada em: sexta-feira, 26 de outubro de 2018 11:39
> Para: vrac@puc-rio.br<<mailto:vrac@puc-rio.br>>
> Assunto: Informações - Pesquisa Refugiados - Ausencia de Respo sta
>
> Prezado Sr./Sra,
>
>
> Envio este email pois em mais de uma oportunidade tentei obter informações
> com a PUC Rio e não venho obtendo sucesso. Observo que todas as demais
> Universidades que consultei responderam os meus questionamentos
> prontamente,
> ao contrário da PUC-Rio.

- >
- >
- > Farei, então, uma nova tentativa:
- >
- >
- > Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando
- > uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para
- > tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum
- > mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de
- > Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de
- > verificar como se deu tal ingresso.
- >
- >
- > Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a PUC-Rio, através
- > das seguintes perguntas:
- >
- >
- > 1) A Universidade possui algum mecanismo de
- > ingresso diferenciado para refugiados (como
- > edital específico, comissão própria de avaliação,
- > vestibular diferenciado, isenção de taxas,
- > flexibilidade na exigência de documentos, cotas,
- > ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.
- >
- >
- > 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na
- > Universidade? Em caso positivo, quantos e em
- > quais cursos? E como se deu o ingresso?
- >
- >
- > 3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja
- > positiva, os candidatos refugiados concorreram
- > por vagas normais, remanescentes ou
- > extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso
- > da Universidade ou cursos específicos?

- > 4) A Universidade promove alguma outra ação no
- > sentido de integrar os refugiados na comunidade
- > ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

Carolina Moulin Aguiar
 cmoulinaguiar@gmail.com
 cmoulin@puc-rio.br

- UFFS

Dados do Pedido

Protocolo	23480014464201881
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	18/06/2018 22:29
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
Prazo de Atendimento	09/07/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
Detalhamento	Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino

superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UFFS, através das seguintes perguntas:

- 1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.
- 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?
- 3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta 22/06/2018 13:42
 Tipo de Resposta Acesso Concedido
 Classificação do Tipo de Resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Prezada

Informamos que a UFFS não possui nenhum programa de ingresso para

refugiados. O que temos é o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos - PROHAITI, conforme resolução anexa, criada a partir da Resolução Normativa CNIg 97/2012. Dessa forma, por meio de processo seletivo especial, imigrantes haitianos residentes no Brasil podem acessar a universidade.

Estão sendo realizados estudos para ampliar o programa, inclusive para refugiados, todavia, ainda não há nada concreto neste sentido.

Atenciosamente

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Responsável pela Resposta Pró-Reitor de Graduação

Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Gestor do SIC

Instância:

Prazo Limite para Recurso 04/07/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Educação
Subcategoria do Pedido Educação superior

Número de Perguntas 2

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
18/06/2018 22:29	Pedido Registrado para para o Órgão UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	SOLICITANTE

22/06/2018 13:42	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
------------------	-------------------	--

- UNILA

Dados do Pedido

Protocolo	23480014465201825
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	18/06/2018 22:30
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Prazo de Atendimento	19/07/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
Detalhamento	Prezado Sr./Sra, Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UFFS, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?

3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta 10/07/2018 11:23

Tipo de Resposta Acesso Concedido

Classificação do Tipo de Resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Prezada solicitante,
Informamos que a resposta para sua solicitação encontra-se em anexo.
Permanecemos à disposição!

Responsável pela Resposta Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais

Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Gabinete da Reitoria

Prazo Limite para Recurso 20/07/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação superior
Número de Perguntas	3

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
18/06/2018 22:30	Pedido Registrado para para o Órgão UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	SOLICITANTE
09/07/2018 16:09	Pedido Prorrogado	MEC – Ministério da Educação/UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
10/07/2018 11:23	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

- UEL

Div. de Diagnostico DAAI/PROPLAN <ddi.plan@uel.br>
 Qui 25/10/2018, 10:31
 Você

Olá Thais, nenhuma Pró-Reitoria me respondeu também, acho que não temos essa informação.

Marinalva Calabrez Rissi

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Diretoria de Avaliação e Informação Institucional - DAII

Divisão de Diagnóstico e Desenvolvimento Institucional - DDI

(43)33714451

Em qui, 25 de out de 2018 às 09:59, Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com> escreveu:

Bom dia Marinalva. Sigo sem resposta...

De: Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com>

Enviado: terça-feira, 9 de outubro de 2018 23:58

Para: Div. de Diagnostico DAAI/PROPLAN

Assunto: Re: Pesquisa/Levantamento - Ingresso Refugidos Ensino Superior

Boa noite Marinalva.

Peço mil desculpas pela demora para responder, tive que fazer uma pausa na pesquisa e estou retornando agora.

Infelizmente não obtive resposta da UEL ainda....

Atenciosamente,

Thaís

De: Div. de Diagnostico DAAI/PROPLAN <ddi.plan@uel.br>

Enviado: segunda-feira, 27 de agosto de 2018 09:07

Para: thaistemer@hotmail.com

Assunto: Fwd: Pesquisa/Levantamento - Ingresso Refugidos Ensino Superior

Bom dia Thais, por favor, alguém das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação responderam para você sobre a Pesquisa de Ingresso Refugiados no Ensino Superior??

Aguardo sua resposta,

att.

Marinalva Calabrez Rissi

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Diretoria de Avaliação e Informação Institucional - DAI

Divisão de Diagnóstico e Desenvolvimento Institucional - DDI

(43)33714451

----- Mensagem encaminhada -----

De: PROPLAN DAI <proplandaai@uel.br>

Data: 27 de agosto de 2018 08:09

Assunto: Fwd: Pesquisa/Levantamento - Ingresso Refugidos Ensino Superior

Para: "Div. de Diagnostico DAAI/PROPLAN" <ddi.plan@uel.br>

PROPLAN/DAI

Diretoria de Avaliação e Informação Institucional

(43) 3371-4451 / 4112 / 4017

----- Mensagem encaminhada -----

De: Pró-Reitoria de Planejamento <proplan@uel.br>

Data: 24 de agosto de 2018 16:53
 Assunto: Fwd: Pesquisa/Levantamento - Ingresso Refugiados Ensino Superior
 Para: PROPLAN DAAI <proplandaai@uel.br>

----- Forwarded message -----

From: **Neiva Aranda Lopes Butarello** <reitoria@uel.br>
 Date: seg, 20 de ago de 2018 às 14:34
 Subject: Fwd: Pesquisa/Levantamento - Ingresso Refugiados Ensino Superior
 To: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UEL) <prograd@uel.br>, PROPPG <proppg@uel.br>, Ivanir de Oliveira da Silva <proex@uel.br>, PROPLAN -
 Pró-Reitoria de Planejamento <proplan@uel.br>

----- Forwarded message -----

From: **Thaís Temer** <thaistemmer@hotmail.com>
 Date: seg, 20 de ago de 2018 às 11:04
 Subject: Pesquisa/Levantamento - Ingresso Refugiados Ensino Superior
 To: reitoria@uel.br <reitoria@uel.br>

Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UEL, através das seguintes perguntas:

- 1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.
- 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderam escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Observo que tentei obter informações através do sistema fale conosco mas não obtive resposta.

Atenciosamente,

Thaís

• **UENP**

Pró-Reitoria de Graduação <prograd@uenp.edu.br>

Sex 26/10/2018, 12:09

Você

Bom dia Thaís! Tudo bem?

Segue as respostas aos seus questionamentos:

1) A Universidade **de** possui algum mecanismo **de** ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria **de** avaliação, vestibular diferenciado, isenção **de** taxas, flexibilidade **de** na exigência **de** documentos, cotas, ajuda **de** custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

R: No momento não possuímos nenhum mecanismo diferenciado para acesso **de** refugiados.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade **de**? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se **deu** o ingresso?

R: Não temos e nunca tivemos alunos refugiados em nossos cursos **de** graduação.

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderam escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

-

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

R: A UENP é um universidade nova, criada em 2006 e tem debatido o acesso ao ensino superior por diferentes vias! No ano passado, 2017, foi aprovado o regime de cotas sociais e sociorraciais por intermédio do processo seletivo vestibular e SISU, reservando 40% do total de vagas para tal finalidade. Ainda, em todas as universidades públicas do Paraná, existe acesso diferenciado para população indígena! Contudo, no que tange aos refugiados, até o momento ainda não houve debate, uma vez que não tivemos demanda desta população até o momento!

Atenciosamente,

----- Forwarded message -----

From: **Gabinete Reitoria** <gabinete@uenp.edu.br>

Date: qui, 25 de out de 2018 às 11:22

Subject: Re: E-mail fale com a Reitora. Re: Informações - Pesquisa Acesso Refugiados

To: Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com>, UENP/PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação <prograd@uenp.edu.br>, Diretoria de Pesquisa <dpes@uenp.edu.br>, Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação <propg@uenp.edu.br>

Cc: Secretaria do Gabinete <secretaria.gabinete@uenp.edu.br>

- UNICENTRO

REITORIA UNICENTRO <falecomreitor@unicentro.br>

Seg 05/11/2018, 14:27

Você;

Escritório de Relações Internacionais UNICENTRO

Boa tarde, Thaís.

Peço desculpas pela demora no retorno e informo que estou copiando esta mensagem ao Miguel, que integra o nosso Escritório de Relações Internacionais. Caso tenha alguma dúvida, pode entrar em contato com ele, que será atendida prontamente.

Sobre os seus questionamentos, seguem as respostas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

Sim. Em 2018 foi aberto Edital específico para ingresso de refugiados. O Edital está disponível em https://www2.unicentro.br/proen/files/2018/02/Edital_01-2018-DIRPROP_Inscricao_Programa_refugiados.pdf?x34126

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

Não.

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

Não.

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Em 2017, na II Feira de Internacionalização da Unicentro, foi realizado debate sobre "A vida de refugiado no Brasil", com a participação de refugiado sírio, residente em Imbituva.

Att,

Aldo Nelson Bona,
Reitor.

- UFPR

Dados do Pedido

Protocolo	23480014466201870
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	18/06/2018 22:31
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFPR – Universidade Federal do Paraná
Prazo de Atendimento	09/07/2018

Situação	Respondido
Status da Situação	Encaminhado para o e-Ouv
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
Detalhamento	<p>Prezado Sr./Sra,</p> <p>Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.</p> <p>Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UFPR, através das seguintes perguntas:</p> <p>1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.</p> <p>2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?</p> <p>3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Thaís</p>

Dados da Resposta

Data de Resposta 19/06/2018 12:33
 Tipo de Resposta Encaminhado para o e-Ouv
 Classificação do Tipo de Resposta

Resposta Prezado(a) Senhor(a),

Sua manifestação foi analisada e classificada como uma **solicitação**, definida pela Instrução Normativa da Ouvidoria-Geral da União nº 01/2014, como um **requerimento de adoção de providência por parte da Administração**.

Para dar o tratamento adequado à sua **solicitação**, oferecendo uma resposta mais completa e rápida, ela foi encaminhada ao e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), responsável pelo registro e tratamento de manifestações de ouvidoria.

Caso **não concorde** com o encaminhamento do pedido, é possível apresentar pedido de revisão à Ouvidoria-Geral da União (OGU), em até 10 (dez) dias, clicando aqui. O pedido de revisão será julgado pela OGU em até 5 (cinco) dias.

Ao fim do prazo para apresentação do pedido de revisão, o andamento da sua **solicitação** poderá ser acompanhado por meio do e-Ouv, disponível em <http://sistema.ouvidorias.gov.br/>. Você pode fazer a consulta clicando em “Consulte sua Manifestação” e informando seu número de protocolo e endereço de e-mail.

Responsável pela Resposta

Destinatário do Recurso de Primeira Instância:

Prazo Limite para Recurso 29/06/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação superior
Número de Perguntas	0

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
18/06/2018 22:31	Pedido Registrado para para o Órgão UFPR – Universidade Federal do Paraná	SOLICITANTE
19/06/2018 12:33	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFPR – Universidade Federal do Paraná
19/06/2018 13:43	Pedido de Revisão registrado	SOLICITANTE
22/06/2018 17:49	Pedido de Revisão respondido	CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
22/06/2018 17:49	Recurso de 1a. instância registrado	SOLICITANTE
25/06/2018 11:15	Recurso de 1a. instância respondido	UFPR – Universidade Federal do Paraná

Dados do Recurso de 1ª Instância

Órgão	MEC – Ministério da Educação
Superior	
Destinatário	
Órgão	UFPR – Universidade Federal do Paraná
Vinculado	
Destinatário	

Data de 22/06/2018 17:49

Abertura

Prazo de 29/06/2018

Atendimento

Tipo de Deferimento de pedido de revisão para transformar pedido em manifestação

Recurso

Justificativa

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 13, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 8.910/2016, de 22 de novembro de 2016, decido pelo **deferimento** do presente pedido de revisão, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.527/2011.

Diante da constatação de que o pedido possui elementos de solicitação de acesso à informação, defiro o pedido de revisão apresentado à CGU e determino o tratamento do pedido de acesso à informação via sistema e-SIC, em cumprimento ao disposto na Lei de Acesso à Informação.

Informo que foi registrado recurso de 1ª instância dirigido ao órgão junto ao qual o pedido foi originalmente apresentado, e que seu andamento poderá ser consultado pelo site www.acessoainformacao.gov.br utilizando-se o endereço de e-mail informado no registro do pedido. O recurso deverá ser respondido no prazo de 5 (cinco) dias, por autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão de reencaminhamento do pedido..

GILBERTO WALLER JUNIOR

ouvidor-geral da união

Resposta ao Recurso de 1ª Instância

Data da 25/06/2018 11:15

Resposta

Prazo para -

Disponibiliz

ar

Informação

Tipo Deferido

Resposta

Justificativa

Prezada Senhora,

Em atendimento ao recurso em Primeira Instância, seguem as respostas abaixo:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa)? Em caso positivo, por gentileza especificar.

Sim. Até a presente data está ocorrendo por edital específico, conforme link abaixo:

<http://www.prograd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/Edital-Migrantes-e-Refugiados.pdf>

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?

Idem a resposta 1.

3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Sim. Há um Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) para auxiliar os refugiados e migrantes:

<http://www.migracoes.ufpr.br/site-pbmih/>

Eventuais recursos devem ser dirigidos à instância superior, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento desta decisão. Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão - SIC Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Responsável Servidor do Serviço de Informação ao Cidadão

pela

Resposta

Destinatário Reitor Universidade Federal do Paraná

do Recurso

de 2ª

Instância

Prazo Limite 05/07/2018

para Recurso

Dados do Recurso de Pedido de Revisão

Órgão CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Superior

Destinatário

Órgão

Vinculado
Destinatário

Data de 19/06/2018 13:43

Abertura

Prazo de 25/06/2018

Atendimento

Tipo de Não concorda com a transformação do pedido em manifestação de ouvidoria

Recurso

Justificativa

Prezado Sr./Sra, Eu não concordo com o encaminhamento pois, na realidade, não se trata de uma solicitação de providências, conforme mencionado na justificativa de encaminhamento para a Ouvidoria. Trata-se, apenas, de um pedido de informações, para fins de levantamento de uma pesquisa empírica. Considerando o teor das perguntas formuladas, que se referem exclusivamente a Universidade Federal do Paraná, acredito que ela terá maior capacidade para responder adequadamente as perguntas do que a Ouvidoria Geral, que provavelmente não terá resposta para as informações que pedi. Assim, requeiro seja revista a decisão de encaminhamento, posto que não se mostra adequada. Observo que enviei as mesmas perguntas para outras Universidades Federais e elas mesmas estão respondendo o solicitado, sem realizar qualquer encaminhamento. Atenciosamente, Thaís

Resposta ao Recurso de Pedido de Revisão

Data da 22/06/2018 17:49

Resposta

Prazo para -

Disponibiliz

ar

Informação

Tipo Deferido

Resposta

Justificativa

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 13, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 8.910/2016, de 22 de novembro de 2016, decido pelo **deferimento** do presente pedido de revisão, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.527/2011.

Diante da constatação de que o pedido possui elementos de solicitação de acesso à informação, defiro o pedido de revisão apresentado à CGU e determino o tratamento do pedido de acesso à informação via sistema e-SIC, em cumprimento ao disposto na Lei de Acesso à Informação.

Informo que foi registrado recurso de 1ª instância dirigido ao órgão junto ao qual o pedido foi originalmente apresentado, e que seu andamento poderá ser consultado pelo site www.acessoainformacao.gov.br utilizando-se o endereço de e-mail informado no registro do pedido. O recurso deverá ser respondido no prazo de 5 (cinco) dias, por autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão de reencaminhamento do pedido..

GILBERTO WALLER JUNIOR

ouvidor-geral da união

Responsável #Erro

pela

Resposta

#Erro

#Erro

Prazo Limite 04/07/2018

para Recurso

• UNIOESTE

Diretoria de Assuntos Acadêmicos Prograd - Reitoria <prograd.daa@unioeste.br>

Ter 26/06/2018, 14:17

Você

Olá

Informamos que na **Unioeste** não há ingresso diferenciado para refugiados.

Att.

Angela Helena Tori

Divisão de Planejamento, Matrícula e Documentação

Diretoria de Assuntos Acadêmicos

Pró-Reitoria de Graduação

Fone – 45 3220 3058

- UTFPR

Dados do Pedido

Protocolo	23480014467201814
Solicitante	Thais Temer
Data de Abertura	18/06/2018 22:32
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prazo de Atendimento	19/07/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Informações sobre o Acesso de Refugiados ao Ensino Superior e Políticas / Atividades Referentes a Refugiados
Detalhamento	Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UTFPR, através das seguintes perguntas:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de

taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?

3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

Dados da Resposta

Data de Resposta 30/07/2018 17:39
 Tipo de Resposta Acesso Concedido
 Classificação do Tipo de Resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta Prezada(o) Cidadã(ão),
 em atendimento ao solicitado informamos:
 1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, vestibular diferenciado, isenção de taxas, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.
 R)- Não.
 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, como se deu o ingresso?
 R)- Não.

3) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

R)- Até o momento, não existe registro de nenhuma ação neste sentido.

Recurso desta decisão poderá ser interposto no prazo de dez dias, ocorrendo, o mesmo será analisado pela Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional.

Atenciosamente

Serviço de Informação ao Cidadão

Responsável pela Resposta

Serviço de Informação ao Cidadão

Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Pro-Reitoria de Graduação e Educação Profissional

Instância:

Prazo Limite para Recurso

09/08/2018

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido

Educação

Subcategoria do Pedido

Educação superior

Número de Perguntas

5

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
18/06/2018 22:32	Pedido Registrado para para o Órgão UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	SOLICITANTE
09/07/2018 16:59	Pedido Prorrogado	MEC – Ministério da Educação/UTFPR – Universidade

		Tecnológica Federal do Paraná
21/07/2018 13:13	Reclamação registrado	SOLICITANTE
30/07/2018 17:39	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Reclamação

Órgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Órgão Vinculado Destinatário	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Data de Abertura	21/07/2018 13:13
Prazo de Atendimento	30/07/2018

Justificativa

Gostaria de apresentar reclamação vez que meu pedido de informações não foi respondido no prazo legal.

Dados do Recurso de Reclamação

Órgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Órgão Vinculado Destinatário	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Data de Abertura	21/07/2018 13:13
Prazo de Atendimento	30/07/2018
Tipo de Recurso	Resposta não foi dada no prazo

Justificativa

Gostaria de apresentar reclamação vez que meu pedido de informações não foi respondido no prazo legal.

Resposta ao Recurso de Reclamação

Data da Resposta	Não respondido
Prazo para Disponibilizar Informação	-
Tipo Resposta	-
<i>Justificativa</i>	
-	
Responsável pela Resposta	-
Destinatário do Recurso de Instância	- -
Prazo Limite para Recurso	-

- **UEM**

ouvidoria Ouvidoria Geral da UEM <ouvidoria@uem.br>
 Ter 24/07/2018, 08:50
 Você

Prezada Senhora,

Em atenção à sua mensagem, esclarecemos que foram solicitadas informações à Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Estadual de Maringá, a saber:

1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.

A Política Institucional do Refugiado e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade da UEM está em fase de aprovação pelos Conselhos Superiores da Instituição(CEP - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e COU – Conselho Universitário)

2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?

Não existem alunos refugiados matriculados em cursos de graduação na UEM, considerando que a Política de inserção ainda está em fase de

aprovação em nossa Instituição.

3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?

Não aplicada.

4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Em consulta à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura identificou-se o seguinte projeto de extensão que trabalha com a temática em questão:

Processo: 3584/ 2016

Título: A inserção dos imigrantes em território maringaense

Resumo: O projeto envolve ações que possam promover a inserção dos imigrantes na Região Metropolitana de Maringá. Essas ações estão agrupadas em alguns eixos de intervenção, no campo da educação, saúde, família e desenvolvimento social, trabalho, justiça, cidadania, direitos humanos e cultura. As ações se iniciam organizando um diagnóstico que identificam as demandas dos imigrantes em situação de vulnerabilidade. Posteriormente, **seguem** em ações como curso de língua portuguesa, na equivalências de diplomas em diferentes níveis do ensino, nos direitos trabalhistas, em palestras de acolhimento no campo da saúde, dos direitos e da cidadania, consultorias, construção de manuais informativos, em parceria no atendimento de instituição de acolhimento não governamental, como a ARAS-Cáritas Maringá e no diálogo com o poder público nas políticas públicas de acolhimento. Desde 2010, a metrópole tem recebido migrantes haitianos, senegaleses, ganeses, e de outros países africanos e asiáticos. Segundos os dados da Polícia Federal são em torno de quatro mil haitianos na região de Maringá que receberam o visto de permanência, isso significa que o nosso público alvo é muito maior que esse dado quantitativo apresentado.

Coordenadora: Profa. Dra. Sueli de Castro – Departamento de Geografia - **UEM**

Certos de termos atendido ao solicitado por Vossa Senhoria, despedimo-nos.

Cordialmente,

Rejane Sartori

Ouvidoria

Universidade Estadual de Maringá

- UNESPAR

Ericson Prust <ericson.raine@gmail.com>

Qua 21/11/2018, 13:29

Você;

Maria.novak - Paranavaí

Boa tarde Thais, como vai?

Em relação aos seus questionamentos:

- Não há sistema de ingresso diferenciado implementado para refugiados na Unespar.

- Não temos registros de estudantes refugiados em nossos cursos.

A Universidade possui o CENTRO DE ACESSO, INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DA DIVERSIDADE HUMANA NO ENSINO SUPERIOR (CEDH), que tem como missão desenvolver ações que promovam a Educação em Direitos Humanos em prol do acesso, inclusão e permanência da diversidade humana, em especial de grupos vulneráveis e/ou socialmente excluídos como processo de inclusão educacional e social. (Conforme RESOLUÇÃO Nº 007/2016 - COU/UNESPAR, disponível em http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2016/resolucao-007-2016-cou.pdf/view)

Att.

Ericson
Diretoria de Registros Acadêmicos - DRA/Prograd
 Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
www.unespar.edu.br | (42) 3521-9123 - (42) 98801-1871

Raine

Prust

Em qua, 21 de nov de 2018 às 11:33, Maria.novak - Paranavaí <maria.novak@unespar.edu.br> escreveu:
 Ericson, por favor responda esse e-mail.
 Pode responder direto para a solicitante.
 Bjs.

Maria Simone Jacomini Novak
Colegiado de Pedagogia - *Campus* de Paranavaí
Pró-reitora de Ensino de Graduação
(44) 3482-3200 / 98421-4308

- **Universidade Positivo**

Muriel Brenna Volz <muriel.volz@up.edu.br>
Qui 18/10/2018, 16:01
Você;
Madelon Chaves Faias

Prezada Thaís, boa tarde!

A **Universidade Positivo** agradece o seu contato.

Nós não temos, por enquanto, nenhum processo seletivo diferenciado para refugiados. Neste ano a UP aderiu ao Pacto de Direitos Humanos, sendo assim, novas ações poderão ser implementadas.

Nós temos um International Office, que cuida dos alunos estrangeiros. Caso tenha alguma dúvida sobre isso, estamos à disposição.

Atenciosamente, Muriel.

Muriel Volz
Assessora da Reitoria

Reitoria
UNIVERSIDADE POSITIVO
Tel.: (41) 3317-3280
muriel.volz@up.edu.br | www.up.edu.br

- Universidade Tuiuti do Paraná

BIANCA SIMONE ZEIGELBOIM <bianca.zeigelboim@utp.br>

Seg 17/12/2018, 13:45

Você;

OUVIDORIA;

reitoria

Prezada Thaís Temer

O seu e-mail foi respondido em 12/11/2018. Favor rever sua caixa de entrada.

Att.

De: Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com>
Enviado: sexta-feira, 14 de dezembro de 2018 09:41
Para: OUVIDORIA; BIANCA SIMONE ZEIGELBOIM; reitoria
Assunto: ENC: Pesquisa - Levantamento Ingresso Refugiados

Reencaminhando novamente

De: Thaís Temer <thaistemmer@hotmail.com>
Enviado: sexta-feira, 9 de novembro de 2018 13:21
Para: ouvidoria@utp.br; bianca.zeigelboim@utp.br; reitoria@utp.br
Assunto: Enc: Pesquisa - Levantamento Ingresso Refugiados

Boa tarde,

Realizei a consulta abaixo há um mês e até o momento não obtive resposta. Todas as outras Universidades que contatei têm respondido. Ficaria muito grata se vocês puderem me dar um retorno.

Atenciosamente,

Thaís

De: Thaís
Enviado: quarta-feira, 10 de outubro de 2018 00:37
Para: ouvidoria@utp.br;
Cc: reitoria@utp.br
Assunto: Pesquisa - Levantamento Ingresso Refugiados

Prezado Sr./Sra,

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso.

Gostaria, assim, de levantar algumas informações sobre a UTP, através das seguintes perguntas:

- 1) A Universidade possui algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados (como edital específico, comissão própria de avaliação, vestibular diferenciado, isenção de taxas, flexibilidade na exigência de documentos, cotas, ajuda de custo, bolsa) ? Em caso positivo, por gentileza especificar.
- 2) Existem, ou já existiram, alunos refugiados na Universidade? Em caso positivo, quantos e em quais cursos? E como se deu o ingresso?
- 3) Caso a resposta para a pergunta anterior seja positiva, os candidatos refugiados concorreram por vagas normais, remanescentes ou extraordinárias? Puderem escolher qualquer curso da Universidade ou cursos específicos?
- 4) A Universidade promove alguma outra ação no sentido de integrar os refugiados na comunidade ou suscitar o debate acadêmico sobre o tema?

Atenciosamente,

Thaís

- Governo do Estado do Rio de Janeiro

Protocolo	Data da solicitação	Data do recurso ?	Previsão de resposta	Data de resposta	Situação
2529	25/07/2018 19:15:36	-	14/08/2018 19:15:36	26/07/2018 14:36:47	Resposta enviada
▲ <u>Detalhamento</u>					
Entrada da solicitação					
Data da solicitação		Previsão de resposta	Prorrogado	Data da resposta	Situação
25/07/2018 19:15:36		14/08/2018 19:15:36	não	26/07/2018 14:36:47	Resposta enviada
Sua solicitação					
<p>Estou realizando uma pesquisa no âmbito do mestrado na USP que tem como enfoque principal analisar a possibilidade de acesso dos refugiados ao ensino superior.</p> <p>Para o desenvolvimento da parte empírica, estou consultando alguns órgãos e entidades com o intuito de verificar a existência de políticas/ações neste sentido.</p> <p>Assim, gostaria de saber, se o Governo do Estado do Rio de Janeiro possui alguma política ou ação visando facilitar/promover o acesso de refugiados ao ensino superior. Em caso positivo, peço a gentileza de fornecer o maior número de informações possíveis.</p> <p>Ainda, gostaria de saber se existe alguma legislação estadual que verse sobre o tema.</p> <p>Grata</p>					
Resposta					

A legislação mais recente sobre integração na educação superior dos refugiados é a Lei 8.020 de 04 de julho de 2018, que isenta refugiados residentes no estado do Rio de Janeiro do pagamento de taxas para revalidação de diplomas de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado nas universidades estaduais.

Além disso, estão sendo implementadas nas universidades do Estado a Cátedra Sergio Vieira de Melo (CSVM), iniciativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em parceria com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), com um termo de referência para objetivos a serem alcançados pelos centros universitários. As universidades do Rio já signatárias da CSVM são: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade do Rio (PUC – Rio). Todas essas universidades têm assento no Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM), que atua sob direcionamento do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados, lançado em 2014. O Plano tem por referência seis eixos temáticos, sendo um deles de educação, com objetivos de curto, médio e longo prazo e ações contínuas para integrar o grupo de interesse na educação formal no Estado do Rio de Janeiro.

Todos os documentos citados podem ser encontrados na internet. Além de atas de reunião do CEIPARM publicadas em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 2014 a 2015.

- Governo do Estado do Paraná

Remetente: "Portal da **Transparencia** - Estado do **Parana**" <**transparencia**@secs.pr.gov.br>

Data: 10/10/2018 17:28

Assunto: Re: Pesquisa - Levantamento informacoes

Para: "Thaís Temer" <thaistemmer@hotmail.com>

Boa tarde, Thaís

Conforme informado pela área responsável:

O Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do **Paraná** possui 7 universidades. São elas: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Estadual de Maringá (UEM), Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Estadual do Oeste do **Paraná** (Unioeste), Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Estadual do **Paraná** (Unespar) e Estadual do Norte do **Paraná** (UENP).

Atualmente, cerca de 100 mil estudantes estão regularmente matriculados nas Instituições Estaduais de Ensino Superior. São 377 cursos de graduação, 304 cursos de especialização, 186 mestrados e 83 doutorados. Nesse sistema, atuam 7.685 docentes (90% com Mestrado e Doutorado) e 8.847 agentes universitários.

Dentre as universidades que possuem políticas de acesso ao ensino de refugiados e de estrangeiros estão:

Cursos de graduação

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) oferece o "Programa de acesso à educação superior para refugiados, em cursos de graduação presenciais".

No ano de 2018 todos os cursos de graduação presenciais da instituição ofertaram 2 vagas para cada turno, totalizando 100 vagas. As informações estão no EDITAL Nº 01/2018-DIRPROP/PROEN. Disponível no site www3.unicentro.br/

Cursos de pós-graduação

O Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), disponibiliza uma vaga para candidatos (as) estrangeiros (as) com status de refugiados ou portadores de visto humanitário. A informação pode ser acessada no edital: pitangui.uepg.br/proesp/ppgjor/editais/2018/Edital112018.pdf

Pós-graduação para estrangeiros

A UEM oferece 2 vagas de Mestrado e 1 de Doutorado no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação para “Alunos estrangeiros não residentes no Brasil”.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Jacarezinho da Universidade Estadual do Norte do **Paraná** (UENP) também oferta, anualmente, duas vagas para candidatos estrangeiros.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países que o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas federais, estaduais e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.

Entre as universidades estaduais que fazem parte do PEC-G estão: UEL, UEM, UEPG, Unioeste e Unicentro.

Continuamos à disposição.

Atenciosamente,

Administrador do Portal da **Transparência** do Governo do **Paraná**

- Governo do Estado de São Paulo

Pesquisa	de	Solicitação	por	protocolo
Protocolo: 766671819488	Situação	da	solicitação: Encerrada	Data
			da	Consulta: 15/01/2019
				02:22:49
Órgão/Entidade: Secretaria	Estadual	da	Justiça	e
			Defesa	da
SIC: Secretaria	Estadual	da	Justiça	e
			Defesa	da
Forma de recebimento da resposta:	Correspondência	eletrônica	(e-mail)	Data da Solicitação: 08/11/2018

Solicitação:

ATENÇÃO - NÃO ENCAMINHAR PARA OUTROS ÓRGÃOS. QUERO OBTER A RESPOSTA DA SECRETARIA ESTADUAL DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA

Observo que já entrei com o pedido de informações em outras oportunidades e todas as vezes ele foi direcionado para departamentos/órgãos que não sabiam responder (ex. unesp, setor de tecnologia). Ingressei com recurso e foi respondido que deveria entrar com novo pedido, pedindo expressamente para que não haja encaminhamento, posto que em sede de recurso não seria possível encaminhar para a Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania. Assim, refaço mais uma vez as minhas perguntas, na esperança de que finalmente sejam respondidas.

Sou aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP) e estou realizando uma pesquisa a respeito do ingresso de refugiados no ensino superior. Para tanto, estou realizando um levantamento das Universidades que possuem algum mecanismo de ingresso diferenciado para refugiados, bem como de Universidades que já contam com refugiados em seu quadro discente, a fim de verificar como se deu tal ingresso. Também estou realizando um levantamento das políticas/ações estaduais que visem proporcionar o ingresso de refugiados na Universidade ou a inserção da temática do refúgio no ensino universitário.

Gostaria, assim, de saber se o governo do Estado de SP possui alguma ação/projeto neste sentido, ou seja, buscando proporcionar o ingresso dos refugiados no ensino superior ou inserir a temática do refúgio na Universidade. Ademais, a informação a respeito de qualquer ação voltada para refugiados será bem vinda.

Atenciosamente,

THaís

RESPOSTA DA SOLICITAÇÃO:

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, FOI ATENDIDA PARCIALMENTE.

Resposta:

Prezado Senhor (a),

Informamos que a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania não dispõe de informações acerca do ingresso de refugiados no ensino superior. Recomendamos que procure registrar seu pedido de informação junto ao Ministério da Justiça, Ministério da Educação e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Quanto à solicitação de “informação a respeito de qualquer ação voltada para refugiados”, encaminhamos em anexo relatório de atendimento do Centro de Integração de Cidadania do Imigrante, local que dispõe de serviços em diferente áreas como a Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual, Cursos de Idiomas e Posto de Atendimento ao Trabalhador.

Atenciosamente

O arquivo anexo complementa a sua resposta:

[2 recepção imigrante setembro 18.xls](#)

Informamos que o interessado tem o DIREITO DE ENTRAR COM RECURSO, dirigido à autoridade hierarquicamente superior a que negou o acesso, nos termos do art. 19 do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012.

O PRAZO para entrar com recurso é de 40 (quarenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação.

Se desejar entrar com o recurso siga um dos procedimentos abaixo:

- Acesse o link recurso. [\[Link\]](#)

- Dirija-se a um dos postos de atendimento SIC com o número do protocolo do pedido.

Atenciosamente,

SIC.SP

Governo do Estado de São Paulo